

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

Marcia Regina Carmassi

**SOFRIMENTO, ANGÚSTIA E DESESPERO NO FENÔMENO
DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: estudo de caso
com universitárias do Vale do Paraíba**

TAUBATÉ – SP

2020

Marcia Regina Carmassi

**SOFRIMENTO, ANGÚSTIA E DESESPERO NO FENÔMENO
DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: estudo de caso
com as universitárias do Vale do Paraíba**

Trabalho de Graduação apresentado para
obtenção do certificado de Bacharel pelo curso
de Psicologia do Departamento de Psicologia da
Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Frugoli da
Silva

Taubaté – SP

2020

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi Universidade de
Taubaté - UNITAU**

C287s Carmassi, Marcia Regina
Sofrimento, angústia e desespero no fenômeno da violência
contra as mulheres : estudo de caso com universitárias do Vale do
Paraíba / Marcia Regina Carmassi. -- 2020.
92 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Psicologia, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Rosa Maria Frugoli da Silva,
Departamento de Psicologia.

1. Angústia. 2. Desespero. 3. Violência contra as mulheres. 4.
Violência e trauma. I. Universidade de Taubaté. Departamento de
Psicologia. Curso de Psicologia. II. Título.

CDD – 302

MARCIA REGINA CARMASSI

**SOFRIMENTO, ANGÚSTIA E DESESPERO NO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES: estudo de caso com as universitárias do Vale do
Paraíba**

Trabalho de graduação apresentado para
obtenção do certificado de Bacharel pelo curso de
Psicologia do Departamento de Psicologia da
Universidade de Taubaté.
Área de concentração: Psicologia
Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Frugoli da
Silva

Data: _____/_____/_____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora - Prof^a. Dra Rosa Maria Frugoli da Silva

Assinatura: _____

Universidade de Taubaté.

Prof^a. Ms. Talitha Vieira Gonçalves Batista

Assinatura: _____

Universidade de Taubaté.

Este trabalho é dedicado à todas as mulheres que, como eu, ousam desafiar as sólidas estruturas sociais em prol de relações mais justas e saudáveis.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Vida, pela generosidade e pelos ensinamentos constantes, me mostrando que um novo dia sempre nasce, apesar de.

À minha mãe, figura forte que me mostrou o valor do trabalho e que me ensinou a nunca depender de ninguém, além de sempre me chamar de psicóloga, muito antes de eu sequer me imaginar sendo uma.

Ao meu pai que, mesmo ausente, me mostrou o valor dos estudos.

Aos meus irmãos que, apesar da distância, sempre torceram por mim.

Aos meus amigos, os poucos que tenho, pelo incentivo e pela certeza de que eu chegaria lá, fosse o que fosse.

Às minhas terapeutas (foram duas) por me conduzirem no caminho do autoconhecimento e na busca pela minha essência na longa jornada da existência.

Às alunas participantes da pesquisa sobre Violência contra as mulheres universitárias, que aproveitaram a oportunidade para, com seus relatos, contribuir imensamente com a ciência e com outras mulheres que lutam por justiça, inclusão e mudanças.

Às minhas professoras e professores, mestras, mestres, doutoras e doutores, todos os que passaram pela minha vida (e foram muitos!) deixando um rastro de esperança e o desejo de continuar lutando por uma educação inclusiva e acolhedora, além de contribuírem muito para minha formação.

Agradeço especialmente a minha orientadora professora Dra. Rosa Frugoli, por ter acreditado em mim, mantendo uma parceria que enfrentou muitas turbulências, mas que só se fortaleceu com a convivência. Afinal, mar calmo não faz marinheiro bom.

“[...] uma mulher não é um território
mesmo assim
lhe plantam bandeiras
uma mulher não é um souvenir
mesmo assim
lhe colam etiquetas
mais que nuvem
menos que pedra
uma mulher não é uma estrada
não lhe penetre as cavidades
com a fúria
de um minerador hispânico
o ouro que lhe brota da tez
é antes oferenda
que moeda
uma mulher descende do sol
ainda que
forçado à sombra [...]”.

“Sangria”, Luiza Romão

RESUMO

Este Trabalho de Graduação buscou compreender o sofrimento, a angústia e o desespero advindos do fenômeno da violência contra as mulheres universitárias. O tema da violência contra as mulheres é um problema multifacetado, pautado por questões históricas, sociais, políticas e culturais que traz prejuízos tanto para as mulheres em situação de violência como para todas as instâncias sociais envolvidas. Ao se falar de violência contra as mulheres, quase que imediatamente se pensa em violência física, com destaque para a sexual e a doméstica, entretanto nestas circunstâncias também há sofrimento psicológico com expressões afetivas de angústia e desespero. Nesta perspectiva, este estudo realizou pesquisa de campo, delineamento quantitativo e qualitativo, por meio de estudo de caso. Os procedimentos utilizados para coleta de dados das participantes da pesquisa foi aplicada em duas fases distintas, sendo a primeira com base quantitativa, através de um questionário online composto de 52 perguntas sociodemográficas, dados ocupacionais e financeiros e sobre violência que foi respondido por 324 mulheres, de 10 cursos diferentes da área da saúde de uma mesma universidade, cuja tabulação dos dados ocorreu por meio de sistema de planilha eletrônica online com porcentagens específicas para cada item do questionário. A segunda etapa teve foco qualitativo, com a utilização de entrevista semiestruturada feita com 16 universitárias participantes, o que possibilitou desenhar um panorama dos traços subjetivos revelados no decorrer das entrevistas através da análise dos conteúdos relatados, interpretados com contribuições teóricas da Psicologia Humanista Existencial. Os resultados alcançados indicaram que há violência contra as mulheres, mesmo na condição de universitárias pertencentes a uma camada privilegiada da população que tem acesso a uma graduação privada. Das violências ocorridas com as mulheres participantes da pesquisa, a do tipo psicológica se evidenciou como significativa que retrataram aspectos afetivos como tristeza, culpa, impotência, angústia, vergonha, medo e desespero que interferiram na autoestima e no amor próprio das mulheres, levando à casos de depressão, anorexia, crises de ansiedade e de pânico. Neste contexto, o fenômeno afetou a saúde e as relações sociais dessas mulheres mantendo-as num processo de sofrimento, angústia e desespero por tempo superior aos fatos de violência experimentados.

Palavras-chave: Angústia. Desespero. Violência contra as Mulheres. Violência e Trauma.

ABSTRACT

This graduation study sought to understand the suffering, anguish and despair arising from the phenomenon of violence against university women. The issue of violence against women is a multifaceted problem, guided by historical, social, political, and cultural issues that brings harm both to women in situations of violence and to all the social instances involved. When talking about violence against women, physical violence is almost immediately thought of, with emphasis on sexual and domestic violence, however in these circumstances there is also psychological suffering with affective expressions of anguish and despair. In this perspective, this study carried out field research, quantitative and qualitative design, through a case study. The procedures used to collect data from the research participants were applied in two distinct phases, the first being on a quantitative basis, through an online questionnaire composed of 52 sociodemographic questions, occupational and financial data and about violence that was answered by 324 women, of 10 different courses in the health area of the same university, whose data tabulation occurred through an online spreadsheet system with specific percentages for each questionnaire item. The second stage had a qualitative focus, using semi-structured interviews with 16 participating university students, which made it possible to draw a panorama of the subjective traits revealed during the interviews through the analysis of the reported contents, interpreted with theoretical contributions from Existential Humanist Psychology. The results achieved indicated that there is violence against women, even as university students belonging to a privileged section of the population that has access to a private degree. Of the violence that occurred with the women participating in the research, the psychological type was shown to be significant that portrayed affective aspects such as sadness, guilt, impotence, anguish, shame, fear and despair that interfered in the women's self-esteem and self-love, leading to cases of depression, anorexia, anxiety and panic attacks. In this context, the phenomenon affected the health and social relations of these women, keeping them in a process of suffering, anguish, and despair for longer than the violence experienced.

Keywords: Anguish. Despair. Violence against Women. Violence and Trauma.

RESUMEN

Este trabajo de graduación buscó comprender el sufrimiento, la angustia y la desesperación derivados del fenómeno de la violencia contra la mujer universitaria, Este Trabajo de Pregrado buscó comprender el sufrimiento, la angustia y la desesperación que genera el fenómeno de la violencia contra la mujer universitaria. El tema de la violencia contra la mujer es un problema multifacético, guiado por cuestiones históricas, sociales, políticas y culturales que perjudica tanto a las mujeres en situaciones de violencia como a todas las instancias sociales involucradas. Cuando se habla de violencia contra la mujer se piensa casi de inmediato en la violencia física, con énfasis en la violencia sexual y doméstica, sin embargo, en estas circunstancias también hay sufrimiento psicológico con expresiones afectivas de angustia y desesperación. En esta perspectiva, este estudio realizó una investigación de campo, diseño cuantitativo y cualitativo, a través de un estudio de caso. Los procedimientos utilizados para la recolección de datos de los participantes de la investigación se aplicaron en dos fases diferenciadas, la primera de manera cuantitativa, a través de un cuestionario en línea compuesto por 52 preguntas sociodemográficas, datos ocupacionales y financieros y sobre violencia que fue respondido por 324 mujeres. de 10 cursos diferentes en el área de salud de la misma universidad, cuya tabulación de datos se realizó a través de un sistema de hoja de cálculo en línea con porcentajes específicos para cada ítem del cuestionario. La segunda etapa tuvo un enfoque cualitativo, mediante entrevistas semiestructuradas con 16 universitarios participantes, lo que permitió trazar un panorama de los rasgos subjetivos revelados durante las entrevistas a través del análisis de los contenidos reportados, interpretados con aportes teóricos de la Psicología Humanista Existencial. Los resultados alcanzados indicaron que existe violencia contra la mujer, incluso como universitarias pertenecientes a un sector privilegiado de la población que tiene acceso a una titulación privada. De las violencias ocurridas con las mujeres participantes en la investigación, se mostró significativa la tipología psicológica que retrató aspectos afectivos como tristeza, culpa, impotencia, angustia, vergüenza, miedo y desesperación que interfirieron en la autoestima y el amor propio de las mujeres, dando lugar a casos. depresión, anorexia, ansiedad y ataques de pánico. En este contexto, el fenómeno afectó la salud y las relaciones sociales de estas mujeres, manteniéndolas en un proceso de sufrimiento, angustia y desesperación por más tiempo que la violencia vivida.

Palabras clave: Angustia. Desesperación. Violencia contra las mujeres. Violencia y trauma.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa	15
1.2 Problematização	17
2. OBJETIVOS	18
2.1 Objetivo Geral	18
2.2 Objetivos Específicos	18
3. REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1 Gênero e a violência contra as mulheres	18
3.1.1 A tipologia da violência contra as mulheres	20
3.1.2 A violência e a saúde mental da mulher	22
3.1.3 A mulher como sujeito de direitos	23
3.1.4 O feminismo, os feminismos e a violência de gênero	24
3.1.5 A subjetividade feminina e as consequências advindas da violência	26
3.2 A Psicologia e a interpretação da afetividade: recorte Humanista Existencial ...	26
3.3 Kierkegaard: a leitura existencial da angústia, desespero e singularidade.....	29
3.4 Heidegger e a relevância do Ser-no-mundo	33
3.5 A doença como forma de manifestação de ser-no-mundo: autores que vincularam as bases fenomenológicas e existenciais à Psicologia	36
4. MÉTODO	42
4.1 Delimitações do estudo	42
4.2 Participantes	43
4.3 Local, instrumentos e procedimentos	45
4.4 Procedimentos para análise de dados	47
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
5.1 Perfil das mulheres, prevalência de violência e consequências para saúde	50
5.2 Afetos presentes nas situações de violência contra as mulheres: sofrimento, angústia e desespero	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES	76
ANEXO	88

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Graduação (TG) do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté – UNITAU, teve como tema a violência contra as mulheres universitárias no Vale do Paraíba, delimitado a partir da compreensão dos conceitos de sofrimento, angústia e desespero que as acomete após os episódios de violência.

O sofrimento, a angústia e o desespero são temas recorrentes na Psicologia em diferentes abordagens, contudo, independentemente da maneira como esses sentimentos são apontados, todas as abordagens destacam o quanto a violência afeta a subjetividade das mulheres vitimadas e as possíveis consequências que o trauma da violência acarreta.

Entretanto, a abordagem da Psicologia que mais se ocupou dos temas referentes ao sofrimento, à angústia e ao desespero, ao desgosto e à vergonha, à culpa e à melancolia que afetam o sujeito, foi a fenomenológica-existencial, que tem como representantes os filósofos-pensadores E. Husserl, S. Kierkegaard e M. Heidegger¹.

Ao se descrever o fenômeno da violência, fica evidenciado que ele acompanha a história humana e pode ser definido de várias formas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, *apud* KRUG et al., 2002) indica a violência como sendo o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Ao incluir a palavra poder para completar a frase uso de força física, a definição de violência dada pela OMS amplia a perspectiva de um ato violento a inclusão de atos que resultam de uma relação de poder, como ameaças, intimidação, negligência ou omissão. Assim, o conceito de uso de força física ou poder deve incluir todos os tipos de abuso, como o físico, sexual, o psicológico, que propiciam pessoas ao suicídio e outros atos auto infligidos (DAHLBERG; KRUG, 2007).

A violência é frequentemente definida como sendo o uso de força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que ela não quer.

¹ Embora estes autores venham da filosofia, em especial da filosofia existencial e da fenomenologia, há de se considerar que muitos psicólogos utilizaram seus pressupostos teóricos e os aplicaram a psicologia. Destacando-se os estudos da Daseinsanalyse de Binswanger e a psicoterapia existencial de Medard Boss.

Para Telles e Melo (2002) significa constranger, tolher a liberdade, incomodar e impedir a outra pessoa de manifestar o seu desejo e a sua vontade. É também um meio de coagir, submetendo o outro ao seu domínio, sendo uma violação dos direitos essenciais do ser humano. Para Saffioti (2011) existe também o entendimento da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja ela física, psíquica, sexual ou moral.

Quando se buscam os indicadores dos motivos para a ocorrência do fenômeno da violência direcionado as mulheres, depara-se com os comportamentos de dominação e exploração existentes nas relações de gênero, que mostra o coletivo masculino defendendo seus próprios interesses, negligenciando as necessidades e desejos da mulher. Esta relação desigual de dominação e exploração levaram a denúncia da suposta naturalização do domínio dos homens sobre as mulheres, muitas vezes, inconscientemente (SAFIOTTI, 2011).

Minayo (2006) pontua as características da violência como provenientes dos conflitos de autoridade, das lutas pelo poder, da vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens, salientando que a violência está arraigada nas relações sociais e, principalmente, construída no interior das consciências e subjetividades, o que influencia profundamente na saúde individual e coletiva, por ocasionar danos, lesões, traumas e mortes, além de repercutir nos altos custos sociais, emocionais e na segurança pública.

Embora se reconheça que a violência emerge de relações sociais que vão se modificando ao longo da história, apontando a existência de realidades diversas, tratar deste tema requer reconhecer seu valor como categoria complexa e controversa, pois há vários tipos de violência e de diversas formas estas afetam as mulheres, sendo expressadas de formas variadas, além de atingirem as mais diferentes classes, raças e espaços (FREITAS; FARINELLI, 2016).

O tema da violência contra as mulheres trata-se, portanto, de um problema multifacetado, pautado por questões históricas, sociais, políticas e culturais que traz prejuízos tanto para os sujeitos em situação de violência como para todas as instâncias sociais envolvidas com a violência e, conseqüentemente, para a população em geral (FRUGOLI et al., 2019; FRUGOLI, 2019; SILVA, 2017; NAVES, 2014).

Ao se falar de violência contra as mulheres, quase que imediatamente se pensa em violência física, com destaque para a sexual e a doméstica, em casos de brigas de casais que podem resultar em morte, em relatos de abusos, agressões e estupros.

Aquele tipo de violência relatada quase que diariamente nos noticiários televisivos, nas páginas dos jornais e em outras mídias, que rapidamente é difundida nas redes sociais e que normalmente causa medo e indignação nas pessoas.

Dados do Mapa de Violência contra as mulheres de 2018, em um estudo realizado somente com dados estatísticos de mídia, apontam que a cada 17 minutos uma mulher é agredida fisicamente no Brasil. A cada 30 minutos alguém sofre violência psicológica ou moral. A cada 3 horas, um caso de cárcere privado é relatado. Em um mesmo dia, 8 casos de violência sexual são descobertos no país, e toda semana 33 mulheres são assassinadas por parceiros antigos ou atuais. O ataque ocorre semanalmente para 75% das vítimas, situação que se repete por até cinco anos. Essa violência também atinge a parte mais vulnerável da família, pois a maioria dessas mulheres tem filhos que acabam presenciando ou sofrendo agressões (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2018).

Silva (2017) ao analisar os dados de do Mapa da Violência publicado em 2015 aponta que no período de 1980 a 2013 morreram 106.093 mulheres vítimas de homicídio. Entre os anos de 1980 a 2010, mais de 92 mil mulheres foram assassinadas, sendo 43,7 mil só na última década. O número de mortes em condições violentas no Brasil passou de 1.353 mulheres no ano de 1980 para 4.762 em 2013 (aumento de 252%).

Quando se trata de mulheres universitárias, Frugoli et al. (2019) apontam que nesta população, geralmente as relações abusivas são compreendidas muitas vezes como cuidados com o outro e/ou amor; a maioria indicou que chegaram aos campi com histórias anteriores de situações de violência; o espaço acadêmico permitiu de alguma forma atos de discriminação contra as mulheres e facilitação da ocorrência de abusos. O estudo mostrou também que quando os autores eram os parceiros íntimos, estes tendiam a controlar a vida de suas parceiras definindo o que elas poderiam ou não realizar. Quando os autores não tinham vínculo íntimo com as mulheres, as desconsideravam como humanas, pois as discriminavam, assediavam e as violentavam sexualmente, tendo em muitas circunstâncias, não compreendido as circunstâncias das ocorrências como sendo violência. As questões da violência contra as mulheres no âmbito universitário também estão relacionadas aos aspectos socioculturais, às relações de poder e desigualdade existente entre homens e mulheres (FRUGOLI et al., 2019).

Pode-se observar que na violência contra as mulheres, além daquela que deixa marcas físicas, há um tipo de violência bem mais sutil, difícil de ser identificada e que se entrelaça aos outros tipos de violência, ocorrendo, na maioria das vezes, concomitantemente, que é a violência psicológica (FRUGOLI; FURQUIM, 2019). Esta pode ser definida como toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima e à identidade da pessoa. Frequentemente inclui ameaças, humilhações, chantagem, críticas ao comportamento e ao desempenho sexual, discriminação, exploração, entre outras. Apesar de ser bastante frequente, pode levar a pessoa a sofrer de ansiedade e adoecer, situações que se arrastam durante muito tempo e que podem levar a pessoa a cometer suicídio (SILVA et al., 2007; FRUGOLI; FURQUIM, 2019).

E é justamente a violência psicológica que pode provocar conflitos significativos na subjetividade feminina, trazendo à tona diversos afetos, como os sentimentos de angústia e desespero que se manifestam preponderantemente em situações pós traumáticas nas mulheres e que podem causar profundo sofrimento.

Quando há outros tipos de violência que atingem as mulheres, como no caso da violência sexual ou física, a violência psicológica também está presente. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) na seção referente aos transtornos relacionados a traumas e a estressores, cita a violência sexual como sendo um dos fatores mais relevantes para o desenvolvimento e perpetração do TEPT – Transtorno de Estresse Pós-traumático, definindo-o como sendo exposição a episódio concreto ou ameaça de morte, lesão grave ou violência sexual. As questões diagnósticas relativas ao gênero, demonstram que o TEPT é prevalente no sexo feminino e tem maior duração. Pelo menos parte do risco maior de TEPT no sexo feminino parece ser atribuível a uma probabilidade maior de exposição a eventos traumáticos, como estupro e outras formas de violência interpessoal (DSM-5, 2014). Estas perspectivas indicam como um tipo de violência como a sexual, não está desvinculada de outras, como a violência psicológica.

Uma pesquisa conduzida por Naves (2014), mostrou um número significativo de mulheres que procuraram por atendimento psicológico vitimadas por transtornos mentais ocasionados por situações de violência. A autora concluiu que o ataque sobre o corpo expõe a gravidade da violência sofrida. O corpo torna-se demarcado tanto por corte e cicatrizes, como por traumas.

Neste sentido, Mafioletti et al. (2018) e Amarante (IFF/FIOCRUZ, 2019), ressaltam que a violência contra mulheres é um fenômeno complexo que permeia as relações de gênero caracterizadas pela desigualdade, que está presente no cotidiano das mulheres brasileiras, constituindo-se num grave problema de saúde e de violação dos direitos. Superar essa violência envolve estratégias de prevenção que trabalhem as suas diferentes manifestações, o que exige urgentes e constantes ações para o enfrentamento e recuperação da saúde das mulheres vitimadas.

Ciente de que a violência contra as mulheres é um problema grave, complexo e de saúde pública, esse trabalho delimita seu tema focando na manifestação do sofrimento, da angústia e do desespero nas mulheres universitárias que sofreram algum tipo de violência perpetradas por relações assimétricas do gênero.

1.1 Justificativa

Diversas publicações apontam que a violência contra as mulheres se tornou um problema de saúde pública e que traz consequências negativas para sua saúde física e psicológica, causando traumas profundos e que demandam muito tempo de recuperação, fatos que exigem também um olhar atento da psicologia.

Em matéria publicada pela Fundação Oswaldo Cruz (AMARANTE, IFF/FIOCRUZ, 2019), órgão afiliado ao Ministério da Saúde, é possível apontar importantes iniciativas governamentais no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil, como a promulgação da Lei Maria da Penha (BRASIL, Lei 11.340/ 2006), que é considerada o principal marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Além disso, o Mapa de Violência contra a Mulher (2018) aponta também o serviço Disque 180, uma central de atendimento às mulheres que funciona 24 horas por dia, recebendo ligações e encaminhando denúncias aos órgãos competentes; os aplicativos Aspire News e Minha Voz que trazem páginas com recursos para quem está em situação de abuso, além de possibilitar o relato de casos de violência com a intenção de dar-lhes visibilidade e criar uma rede de apoio às mulheres; também as medidas protetivas, cujo objetivo principal é dar proteção à mulher que está sofrendo violência, mas também providenciar o encaminhamento dessas mulheres para programas de atendimento pelos diferentes serviços do Poder Público. Além desses citados, as mulheres que correm risco de morrer por conta da violência doméstica podem ser acolhidas na Casa

Abrigo juntamente com seus filhos, bem como contar com Grupos de Apoio e as Delegacias da Mulher. Entretanto, faz-se necessária a ampliação desses recursos, pois as consequências destas violências podem comprometer o desenvolvimento de relações saudáveis e a vida de toda a família, dependendo da gravidade da violência sofrida.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019) e Instituto de Pesquisa Datafolha, patrocinado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a redução dos índices de violência contra as mulheres demanda uma ampliação das políticas públicas por parte do Estado Brasileiro em suas diferentes instâncias. Mesmo após a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, que é considerada o principal marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, ainda há um longo caminho a percorrer (BRASIL, Lei 11.340/2006).

Tendo em vista a centralidade que a violência contra as mulheres assumiu no debate público da sociedade brasileira, bem como os desafios para implementar políticas públicas consistentes para reduzir este problema, a preocupação sobre este fenômeno deve ser constante. Somente em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar (ATLAS DA VIOLÊNCIA, IPEA/FBSP, 2019).

Freitas e Farinelli (2016) apontam que há um número reduzido de pesquisas que considerem as profundas consequências da violência na subjetividade feminina e são poucos os estudos que apresentam a disfunção sexual enquanto desordem psíquica, embora ela esteja presente em grande parte das mulheres vitimadas.

Contudo, apesar de a sociedade estar acompanhando o movimento das autoridades federais, estaduais e municipais em relação à problemática da violência contra as mulheres, com a criação de leis normativas e também com aporte de investimentos em ações preventivas, as experiências de violência que muitas mulheres vem vivenciando acarretam danos nas várias esferas da vida e necessitam de ações que atuem de maneira abrangente, com serviços especializados, capacitação de agentes públicos multidisciplinares, criação de regras, normas e padrões que apoiem as ações dos profissionais envolvidos, incentivo à constituição de redes de serviços e facilidades de acesso das mulheres à justiça, às informações,

aos serviços de segurança pública, à saúde e assistência social, como também o incentivo às pesquisas que evidenciem a realidade deste fenômeno tão frequentemente observado nos dias atuais (ATLAS DA VIOLÊNCIA, IPEA/FBSP, 2019; SILVA, 2017).

A partir dos dados acima apresentados e da relevância do tema, considera-se crucial ampliar os estudos que envolvem os afetos no fenômeno da violência contra as mulheres, sobretudo no que se refere ao modo como se manifesta o sofrimento, a angústia e o desespero em mulheres majoritariamente jovens que sofreram violência.

1.2 Problematização

A trajetória para a elaboração desse trabalho foi iniciada no final de 2017, quando fui escolhida para participar de um projeto de pesquisa sobre violência contra as mulheres universitárias e as consequências para saúde. No decorrer de 2018, o projeto foi sendo aprimorado, ajustes foram feitos nos instrumentos de coleta de dados que trazia informes quantitativos da pesquisa, bem como foram elaborados os instrumentos de coleta de dados qualitativos para atender a problematização daquele projeto de pesquisa. Atualizações foram feitas para atender às exigências do Comitê de Ética, via Plataforma Brasil² e, vencidas todas as etapas, o projeto foi aprovado. Durante o ano de 2019, a pesquisa foi colocada em prática, obedecendo fases distintas, de acordo com o tipo de informação necessária para atender cada etapa.

A busca por informações e dados científicos para a compreensão mais aprofundada do tema da pesquisa, resultou em uma revisão integrativa, orientada pela pesquisadora responsável, com consequente publicação de um artigo intitulado “Violência contra as mulheres universitárias: passividade institucional e vulnerabilidade no âmbito acadêmico”. Os resultados advindos dessa detalhada revisão que incluiu dados de universidades brasileiras e estrangeiras, apontaram o elevado índice de sofrimento das mulheres acometidas pela violência e o quanto isso afeta sua subjetividade e interfere nas suas relações (FRUGOLI et al., 2019).

Destas oportunidades de analisar os dados e debruçar sobre as reflexões que o tema e o fenômeno da violência contra as mulheres requerem, os dados que surgiram da pesquisa realizada não permitiram que questões afetivas, como os

² ferramenta online de registros de pesquisas envolvendo seres humanos voltada para o público em geral e para auxiliar os trabalhos do Sistema - Comitês de Ética em Pesquisa/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CEP/CONEP).

sentimentos e emoções reveladas pelas mulheres, passassem despercebidas de tratamento pormenorizado. Desse modo, com base na abordagem fenomenológica-existencial, o presente trabalho buscou identificar e compreender, como se manifestaram o sofrimento, a angústia e o desespero de mulheres universitárias que sofreram violência de gênero? Como essa violência afetou a subjetividade e as relações sociais dessas mulheres?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender os afetos referentes ao sofrimento, angústia e desespero que perpassam a vida de mulheres universitárias que sofreram violência de gênero.

2.2 Objetivos Específicos

- Compreender a manifestação dos processos de sofrimento, angústia e desespero em universitárias que sofreram violência de gênero.
- Compreender como estes afetos interferem na saúde destas mulheres.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Gênero e a violência contra as mulheres

Os registros históricos mostram que as mulheres sempre foram consideradas subordinadas aos homens, imersas num jogo de poder, no qual representavam o lado mais fraco. Muitos pensadores mencionavam as diferenças físicas entre os gêneros para justificar a desigualdade social entre homens e mulheres. Essa diferença perdura e atravessa séculos (BUCKINGHAM et al., 2011).

Dados sobre a violência contra a mulher apontam que esse é um fenômeno cada vez mais presente na vida em sociedade e que causa inúmeros danos às mulheres, notadamente os físicos e psicológicos. Além disso, observa-se que há um componente de gênero que foi construído historicamente, imerso nesta problemática (SANTOS et al., 2019).

Conforme apontado por Santos et al. (2019), existe uma construção histórica no termo gênero, todavia Holanda (1986), no novo dicionário Aurélio de Língua

Portuguesa, o define como sendo uma categoria que indica por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro. Portanto, é a definição clássica, que vincula gênero a sexo, desconsiderando as questões históricas e sociais.

Para Colling e Tedeschi (2019), o conceito de gênero foi construído coletivamente por teóricas do feminismo, que perceberam a vulnerabilidade dos termos mulher ou mulheres, que carregavam uma legitimação apoiada no seu corpo físico/biológico. “Gênero buscaria dar conta de relações socialmente constituídas, que partem [...] dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social” (p.330).

Scott (1995) complementa a definição de gênero afirmando que ela tem duas partes e várias subpartes que estão interligadas. Define que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e é uma forma primeira de significar as relações de poder” (p.22).

Na concepção de Butler (2003) gênero é algo construído culturalmente, que representa os significados assumidos pelo corpo sexuado, todavia não decorre de um sexo tido com natural, anatômico, hormonal ou cromossômico. Designa também o aparato de produção perante o qual os próprios sexos são estabelecidos (p.24, 25).

O conceito de gênero surge então para afirmar que as diferenças sexuais não são por si só determinantes das diferenças sociais entre homens e mulheres, mas são significadas e valorizadas pela cultura de forma a produzir diferenças que são ideologicamente afirmadas como naturais (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p.55).

Têm-se, portanto, que gênero é construído socialmente e carrega o peso e a pressão da cultura e das crenças sociais, além de delimitar as relações de poder e desigualdade, nas quais o supostamente mais fraco sucumbe à vontade do mais forte. A partir daí, desenha-se o caminho para violência contra as mulheres, já que a elas foi designado o lugar do mais fraco nas intrincadas relações sociais.

A violência sempre fez parte da experiência humana e seus impactos e consequências podem ser verificados de diversas maneiras ao redor do mundo; pessoas perdem a vida e tantas outras sofrem ferimentos não fatais, resultantes de autoagressões, de agressões interpessoais ou de violência coletiva. Estima-se que a violência seja uma das principais causas de morte em todo o mundo (DAHLBERG; KRUG, 2007).

Casique e Furegato (2006) destacam que a violência é um fenômeno extremamente complexo, que não pode ser definido com exatidão científica, pois recebe influência da cultura e é submetida aos valores e normas sociais que mudam constantemente.

De acordo com Santos et al. (2019), a violência contra as mulheres é um fato social cada vez mais presente em nosso cotidiano, pois está baseado em sentimentos de posse, de intolerância e desrespeito; está impregnado pelo medo, dor e angústia das vítimas que muitas vezes sofrem e permanecem em silêncio. É motivada pela desigualdade da condição do sexo, visto que a mulher é o objeto da violência; “a concepção da mulher como “propriedade” do homem é construída desde a infância através dos papéis de gênero, das relações de hierarquia do homem frente à mulher, que possibilitam que se perpetue por várias gerações” (SANTOS et al., 2019, p.99).

As situações de violência são agravadas pelo machismo e o patriarcado arraigados na estrutura da sociedade; o poder masculino é destacado, fazendo com que a sociedade culpabilize a vítima pela violência sofrida; prevalece a dupla moral sexual e questiona-se o comportamento da vítima. Nessa rígida estrutura, perpetuam-se papéis estereotipados de gênero que reforçam a submissão feminina e evidenciam as desigualdades de gênero na sociedade (GROSSI, 2018).

Considera-se violência de gênero aquela exercida pelos homens contra as mulheres. Dessa forma, afeta as mulheres pelo simples fato de serem mulheres; é a violência perpetrada pelos homens mantendo o controle e o domínio sobre as representantes do considerado “sexo frágil” (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

3.1.1 A tipologia da violência contra as mulheres

Dahlberg e Krug (2007), apresentaram uma tipologia da violência contra as mulheres com base na resolução WHA49.25 de 1996³, da Assembleia Mundial da Saúde, já que a OMS (Organização Mundial da Saúde) considera a violência contra as mulheres como um grave problema de saúde pública. A tipologia proposta divide a violência em três amplas categorias, refletindo as características daqueles que cometem o ato violento, como violência autodirigida, violência interpessoal e violência coletiva. Essas categorias foram divididas em subcategorias, que consideram tipos

³ Em 1996, a Quadragésima Nona Assembleia Mundial de Saúde adotou a Resolução WHA49. 25, declarando a violência como um problema importante, e crescente, de saúde pública no mundo.

mais específicos de violência. A categoria da violência objeto desse estudo, é a interpessoal, que considera a violência de família e de parceiros íntimos, que ocorre usualmente nos lares e, em ambientes públicos, em atos variados de violência, estupro ou ataque sexual por desconhecidos e violência em instituições como escolas, locais de trabalho e públicos.

Desse modo, na categoria de violência interpessoal, há os tipos de violência contra as mulheres que refletem a natureza dos atos violentos, que podem ser físicos, sexuais, psicológicos ou relacionados à privação ou ao abandono.

De acordo com o IMP (Instituto Maria da Penha, 2018), estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra as mulheres na Lei n. 11340 de 07 de agosto de 2006, divididos em:

- Violência física: entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher, como espancamento, atirar objetos, sacudir e apertar os braços, estrangulamento ou sufocamento, lesões com objetos cortantes ou perfurantes, ferimentos causados por queimaduras ou armas de fogo, tortura;
- Violência psicológica: qualquer conduta que cause danos emocionais e diminuição da autoestima, prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, como ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento (proibir de estudar e viajar ou de falar com amigos e parentes), vigilância constante, perseguição contumaz, insultos, chantagem, exploração, limitação do direito de ir e vir, ridicularização, tirar a liberdade de crença, distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre a sua memória e sanidade;
- Violência moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria, como acusar a mulher de traição, emitir juízos morais sobre a conduta, fazer críticas mentirosas, expor a vida íntima, rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre a sua índole, desvalorizar a vítima pelo seu modo de se vestir;
- Violência sexual: qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, como estupro, obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causam desconforto ou repulsa, impedir o uso de métodos contraceptivos

ou forçar a mulher a abortar, forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação, limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher;

- Violência patrimonial: qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, como controlar o dinheiro, deixar de pagar pensão alimentícia, destruição de documentos pessoais, furto, extorsão ou dano, estelionato, privar de bens, valores ou recursos econômicos, causar danos propositais a objetos da mulher ou dos quais ela goste.

Todos os tipos de violência citados compõem o Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V, da Lei 11340 de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, considerada o marco das ações legais concernentes às questões de violência contra as mulheres no Brasil.

3.1.2 A violência e a saúde mental da mulher

Conforme já apontado, a violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública, que perpassa diferentes sociedades, culturas e classes sociais. A Lei Maria da Penha (BRASIL, Lei 11.340/2006) tipifica e criminaliza cinco formas de violência no âmbito doméstico/conjugal, todavia a violência psicológica, a mais sutil delas, costuma ser considerada de forma secundária ou associada às modalidades de violência física e sexual. Entretanto, suas consequências para a saúde mental das mulheres ainda são pouco analisadas, seja por causa da invisibilidade desta forma de abuso ou pela dificuldade de ser percebida ou identificada, a violência psicológica é tão ou mais danosa para as vítimas como os outros tipos de violência já mencionados; isso ocorre porque além do adoecimento psíquico proveniente da perda da autoestima por parte destas mulheres, a violência psicológica está presente nas outras formas de violência conjugal (FONTES; DINIZ, 2017).

Ainda segundo Fontes e Diniz (2017), os transtornos mais encontrados nas mulheres que sofrem violência psicológica são depressão, ansiedade e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). O sofrimento advindo das comorbidades desses

transtornos ainda comprometem as demais esferas relacionais, como a emocional, afetivo-familiar, social e acadêmico-profissional.

De acordo com as colocações de Medeiros e Zanello (2018), a violência de gênero, apresentada em suas várias formas, tem sido frequentemente associada a prejuízos na saúde mental das mulheres, tais como a depressão, ansiedade, fobias, transtorno pós-traumático, suicídio, problemas alimentares, entre outros. Contudo, o tópico da saúde mental das mulheres está relacionado ao ciclo reprodutivo, tratado pelo viés biomédico, o que afasta do contexto da saúde as questões sociais que afligem as mulheres vítimas da violência. Já o aspecto psicológico é visto como algo a ser preservado, mas as instituições de saúde não sabem como lidar com uma mulher que teve sua integridade física e psicológica violada, tampouco como tratar o impacto desta violação para sua saúde mental e o sofrimento dela advindo.

Já o fato de tratar o transtorno mental fora do contexto da violência, ou provocado por ela, desconsidera as especificidades e características das mulheres que sofreram a violência, mascarando, de certa forma, os sintomas que revelavam o sofrimento e o adoecimento. Embora a literatura mostre que a violência é um fator de risco para a saúde mental, é possível concluir que a violência de gênero contra as mulheres não é tratada adequadamente, mesmo sendo considerada um fator de risco (MEDEIROS; ZANELLO, 2018).

O estudo de Trigueiro et al. (2017), evidenciou que o cotidiano de mulheres que passaram por violência sexual, foi permeado pelo sofrimento psíquico e pelo medo que impacta fortemente a saúde mental, limitando aspectos da vida, especialmente no desempenho das atividades sociais como trabalho, escola e relações afetivo-sexuais. A superação e o enfrentamento das consequências deste tipo de violência vêm do apoio de familiares e amigos, de ações individuais e grupais que oferecem suporte psicológico e auxiliam na reinserção das mulheres vitimadas no mercado de trabalho e na escola.

3.1.3 A mulher como sujeito de direitos

O mundo tal qual se apresenta é caracterizado pelas diferenças desde os seus primórdios; tais diferenças se referem àquelas relativas à ordem econômica, cultural, social, racial e sexual. Muitas delas foram naturalizadas em determinadas épocas e aceitas por aqueles que sofriam o preconceito delas decorrente. Entretanto,

gradativamente, aqueles que sofriam abusos, preconceito e eram desrespeitados em seus direitos, passaram a buscar espaços de fala, lutando pela igualdade de tratamento em meio a tantas desigualdades. A protagonista dessa desigualdade, nesse tema, é a mulher. (FORMENTINI; SPAREMBERGER, 2009).

Souza e Cassab (2010), salientam que “a violência em suas diferentes manifestações tem suas raízes na discriminação e, neste sentido, as mulheres, de uma forma geral, são os sujeitos sociais que mais a tem sentido” (p.38-39).

Silva (2010), ressalta que a construção sócio-histórica condicionou as mulheres a ocuparem uma posição hierarquicamente inferior ao homem na sociedade. Atitudes preconceituosas, discriminativas e intolerantes costumam anteceder os atos de violência e a cristalizar a desigualdade de gênero. Mesmo diante dos avanços sociais, políticos e jurídicos no enfrentamento da violência, o reconhecimento da cidadania e dos direitos das mulheres ainda está longe de ser reconhecido e respeitado.

Segundo Louro (1997), o objetivo das estudiosas feministas era tornar visível aquela que fora ocultada por muito tempo, pois “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito inclusive como sujeito da Ciência” (p.15).

Formentini e Sparemberger (2009), concluem que para enfrentar a desconfortável e injusta posição de submissão ao patriarcado, as mulheres foram se organizando em grupos para buscar uma mudança do paradigma dominante. Tal ação deu origem ao movimento feminista, que tentava lutar contra uma condição construída historicamente com base na desigualdade das relações de gênero, expressadas no nível público e privado, impactando a razão, os afetos, o trabalho, a obrigação, além do prazer e dos desejos das mulheres.

3.1.4 O feminismo, os novos feminismos e a violência de gênero

Sempre houve mulheres ao longo da história que não aceitavam a sua condição de submissão na sociedade e que se rebelaram contra isso, lutando por liberdade. Esse movimento de libertação dos dogmas e regras preestabelecidas levou o nome de feminismo (do latim femīna, que significa “mulher”), cuja primeira onda surgiu no século XIX e se desenvolveu como movimento filosófico, social e político. Sua principal característica é a luta pela igualdade de gêneros (homens e mulheres), e consequentemente pela maior participação da mulher na sociedade. Começou na

Inglaterra, quando as mulheres pleiteavam o direito ao voto, assim como no Brasil, na década de 1910 (PINTO, 2010).

A nova onda do feminismo surgiu em 1960 com a publicação do livro “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir, no qual se estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”.

De acordo com os apontamentos de Pinto (2010), na década de 1960 o movimento feminista surge com toda a força, e pela primeira vez se fala sobre as relações de poder entre homens e mulheres. Apresenta-se como um movimento libertário, que busca não somente espaço para a mulher no trabalho, na vida pública e na educação, mas também por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, no qual as mulheres tenham autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta também que existe uma outra forma de dominação ainda mais prejudicial do que a de classes, que é a dominação do homem sobre a mulher.

A historiadora feminista Rebecca Solnit revisita diferentes momentos do movimento feminista e cria o que ela chama de “novos feminismos”, que vêm sendo impulsionados por outras ferramentas e táticas, como o uso das mídias digitais para quebrar o silêncio construído em torno de certas questões e fomentar um forte engajamento para mudanças (MARQUES; GERMANO, 2018).

Solnit (2017), aponta que as mulheres precisam ter “voz”. Com o termo “voz”, a autora se refere mais especificamente à capacidade de posicionamento e de participação das mulheres nos processos de decisão, como pessoas livres e com direitos; ter “voz” é fundamental. Salaria ainda que há um silenciamento específico para as mulheres, que as oprime e escraviza, que necessita urgentemente ser rompido. “Se o direito de falar, de ter credibilidade, de ser ouvido é uma espécie de riqueza, essa riqueza agora vem sendo redistribuída” (SOLNIT, 2017, p.34).

Em 2016, na Argentina, foi lançado o livro “Feminismos Plurais” de Claudia Korol, pautado no feminismo latino-americano, expresso livremente e a partir de experiências plurais concretas. A obra compila escritos de diversas organizações de base, que pretendem expressar a voz e as experiências de mulheres subalternizadas de movimentos locais, comunidades, indígenas e de luta pela terra. Ainda aponta a construção do feminismo nos espaços da militância e da academia, denunciando as tendências masculinizadoras da sociedade, proveniente de uma cultura patriarcal naturalizada que perpetua as desigualdades de gênero e impossibilita o desenvolvimento de realidades que não estejam inseridas nas categorias binárias. A

obra também considera as questões de saúde, educação, acesso à justiça, maternidade, emprego e combate à violência, que são analisadas a partir da horizontalização das relações entre as diversas categorias do feminino e do masculino presentes na sociedade analisada pelo estudo (PAULA; GALHERA, 2019).

3.1.5 A subjetividade feminina e as consequências advindas da violência

As questões culturais de gênero e patriarcado e as consequentes influências do poder nas relações tão desiguais entre homens e mulheres na sociedade já apontadas anteriormente, demonstram que gênero e patriarcado são dimensões relevantes que afetam profundamente os processos dialéticos de construção de subjetividades e de relações sociais entre homens e mulheres (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Na prática, a violência retira do sujeito seu lugar de alguém que pensa, sente e deseja, relegando a pessoa exposta à violência um lugar de passividade, de silêncio e de submissão ao outro. A ideia de estar submetido a determinada situação, de ser humilhado e agredido afeta sobremaneira a construção das subjetividades femininas, pois as mulheres se percebem presas à condição de submissão, vivendo e revivendo ciclos intermináveis e recorrentes de violência, dos quais não têm condições para sair. Instaura-se um verdadeiro despojamento de si mesma, demonstrado pela impossibilidade de amar, de se divertirem, de cuidarem dos filhos, de seguirem a vida com certa normalidade. Às vezes sequer têm oportunidade para se expressarem e, quando têm, revelam um vazio subjetivo extremo, um profundo desamparo e uma falta de reconhecimento pelo Outro, permitindo que qualquer um se aproprie dos seus desejos, dos seus sonhos e de suas vidas (NAVES, 2014).

O estudo de Fonseca et al. (2012) demonstrou como o fenômeno da violência é interiorizado e como a violência sofrida afeta e interfere na vida das mulheres e na construção de suas subjetividades, com consequências nas esferas do convívio social, na saúde psicológica, na qualidade de vida e no trabalho. Houve prevalência da violência psicológica ou emocional, causando intenso sofrimento psíquico, sendo que seu efeito cumulativo pode desenvolver diferentes tipos de doenças psicossomáticas, como a depressão, que é uma das mais comuns.

3.2 A Psicologia e a interpretação da afetividade: um recorte Humanista Existencial

A produção história da ciência psicológica é muito ampla. A partir dessa perspectiva, a Psicologia pode ser considerada como uma prática social e que os seus fundamentos históricos e filosóficos estão profundamente ligados à própria forma de o homem viver e de se expressar na sociedade. Segundo Cambaúva et al. (1998), “a psicologia vai sendo construída à medida que os homens vão construindo a si e a seu mundo” (p. 208). As práticas subjetivas humanas são tão antigas quanto as primeiras formas do racionalismo, ou seja, quando o homem pensa acerca do mundo, dos outros homens e de si mesmo, elabora ideias psicológicas, que se referem a processos individuais e subjetivos, como as percepções e as emoções.

A psicologia não é uma criação mágica ou abstrata. Pelo contrário, é uma criação humana e bem concreta: inicialmente, enquanto ideias psicológicas imersas na filosofia; depois, enquanto disciplina científica, tendo, nos dois momentos, o objetivo de compreender as ações, as atitudes, os comportamentos e tantos outros estados subjetivos humanos que se revelam dinamicamente na relação dos homens entre si no mundo em que vivem (CAMBAÚVA, et al. 1998, p. 209).

E é na história, mais precisamente no século XIX, que o homem experimentava uma época de esperança e de um futuro promissor, advindo das descobertas e dos avanços científicos e tecnológicos após a Revolução Industrial. O Positivismo⁴ instalado na época, levou o homem a acreditar que a Ciência poderia explicar e minimizar o sofrimento humano.

Todavia, contrariando todas as expectativas, o século XX chegou apresentando sentimentos de dúvida e desilusão, desgosto, vergonha, desespero, angústia, medo e escuridão, desamparo e abandono (GILES, 1975). Esses sentimentos provocaram uma crise das ciências e da humanidade, e demonstravam a profunda decepção do homem em relação ao mundo que o rodeava. Tal crise não advinha do fracasso da ciência, mas de uma profunda e longa negligência ao pensamento reflexivo (HOLANDA, 2014).

Assim, a Psicologia Humanista surgiu como uma forma de responder aos anseios dessa sociedade tão carente de consideração e de cuidado, que buscava um novo olhar para o mundo e para o homem, que se interessasse pelo potencial humano, investigando temas como: amor, liberdade, criatividade, crescimento e realização. “Ela retoma, resgata a individualidade, a subjetividade, as emoções próprias e particulares de cada ser humano” (KAHHALE, 2002, p.239).

⁴ Sistema criado por Auguste Comte (1798-1857) que se propõe a ordenar as ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas.

A temática do Humanismo traz a preocupação com o sentido do humano e da humanidade, e demonstra isso quando pensa, questiona e reflete sobre sua história, sua cultura, sua ética e seus valores (HOLANDA, 2014).

Desse modo, o termo Humanismo define um movimento de ruptura com valores medievais ultrapassados, provocando um retorno ao espírito de pesquisa, observação e indagação, ao antropocentrismo, no qual o homem é o protagonista e tem a sua capacidade valorizada como ser livre e responsável por suas escolhas e com potencial de mudar a realidade em que vive (KAHHALE, 2002).

Compreender o humano numa perspectiva de ser integral, visto como um todo e a partir daquilo que se apresenta remete-nos as ideias da fenomenologia. Nesse contexto, Husserl, com a sua fenomenologia, busca apresentar ao ser finito e limitado, privado de lucidez, de esperança e de autenticidade, o sentido da existência, que é revelado no decorrer e na formação da história, envolvendo um número infinito de possibilidades e de opiniões, disponibilizadas para as devidas interpretações individuais.

O diálogo que mantemos com o passado e o presente nos coloca em contato com uma situação fundamentalmente diferente da nossa situação nesse instante e exige, portanto, um proceder interpretativo, pois só podemos conhecer dentro de uma perspectiva histórica, porque somos nós mesmos seres históricos (GILES, 1975, p. 2).

Conhecer a história, implica em conhecer o modo de ser do *Dasein*, o Ser-no mundo, de Heidegger, no constante processo de transformação de sua estrutura existencial.

Nesse sentido, a história oferece ao homem a possibilidade de discernir frente a uma dificuldade, escolhendo a melhor alternativa para o que busca e, a tornar-se consciente dos pensamentos presentes e da relatividade das opiniões de outrem; conforme aponta Husserl em sua Fenomenologia, o homem aprende que o sentido da existência deve ser interpretado à luz de suas vivências próprias no contexto histórico no qual está inserido; o Ser influencia a história e é profundamente influenciado por ela, sempre.

Tanto as perspectivas humanistas como as existenciais de compreensão do homem se sustentam nas bases da fenomenologia. Ainda que uma linha ou outra se apresente com diferenciações de intervenções e diferentes maneiras de analisar seu objeto de estudo, abordando aspectos distintos das características fundamentais do homem, segundo Kahhale (2002) há duas grandes escolas desta abordagem que

apoiam diversas linhas de atuação de psicólogos: a americana, embasada na abordagem Humanista-existencial de Kierkegaard; e a europeia, berço das principais ideias fenomenológicas-existenciais, caracterizada pela Daseinsanalyse de Biswanger e a Análise Existencial de Medard Boss.

3.3 Kierkegaard: a leitura existencial da angústia, desespero e singularidade

*A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás e só
pode ser vivida olhando-se para frente.
S.A.Kierkegaard*

Soren Aabye Kierkegaard (1813-1855) é considerado o pensador de maior destaque da corrente existencialista, tendo exercido grande influência sobre os demais filósofos fenomenológico-existencialistas, além de fazer uma análise bastante singular sobre a situação do homem moderno. Nasceu, viveu e morreu precocemente na Dinamarca, numa época conturbada, repleta de inquietações e angústias. Teve uma vida curta, com uma forte influência religiosa herdada do pai, além de um temperamento tristonho e melancólico (GILES, 1975).

Interessou-se em estudar a vida humana, o Ser e os temas existenciais, como o desespero, a angústia, a fé, o amor, a ironia, entre outros. Sua obra abrange assuntos da filosofia, teologia, psicologia e literatura, na qual se vê a expressão de sua própria vida, na relação estreita entre o existir e a consciência desse existir. Conhecer a vida humana, suas indeterminações, inconsistências e tensões era primordial para a psicologia de Kierkegaard. Para ele, “conhecer a vida humana é saber que o desespero e a angústia são sua determinação e que [...] a existência guarda sempre a possibilidade de transformação” (PROTASIO, 2014, p.219).

Desenvolveu sua teoria como reação ao pensamento idealista que definia a humanidade como parte de um desenvolvimento histórico inevitável e objetivo, que desconsiderava a subjetividade do ser. E é justamente nesse ponto que está a principal contribuição de Kierkegaard para a psicologia: a leitura detalhada da subjetividade. Defendia a ideia de que existe uma verdade subjetiva, pela qual se possa viver ou morrer. A partir dessa leitura, é possível discutir o sujeito não como um objeto científico, mas caracterizado pela sua individualidade, como um pensador subjetivo a partir de uma verdade subjetiva (JANZEN; HOLANDA, 2012).

Kierkegaard apresentava como tema principal de seus escritos o indivíduo e a sua existência: “o ser existente”. Para ele, o indivíduo é o eixo condutor de seu pensamento, que o levará à sua verdade, única e singular. O caminho para essa verdade está nas linhas tortuosas e ambivalentes que levam o sujeito até a sua subjetividade (GILES, 1975).

O ramo da filosofia criado por Kierkegaard é o Existencialismo: uma doutrina que traz em seu nome, além da existência, também a sua contraparte, a essência. Na meditação filosófica, quando se propõe a pensar o que é, se está pensando na *essência* do objeto. O “Existencialismo é a doutrina filosófica que centra sua reflexão sobre a existência humana considerada em seu aspecto particular, individual e concreto” (PENHA, 1995, p.11).

O problema central do existencialismo - a questão da existência - sempre esteve presente nas colocações de diversos filósofos, como Sócrates e Platão, em diferentes épocas. Todos se indagavam sobre o significado da existência, do estar vivo. O “eu” subjetivo, personagem principal do existir, está além da razão e não faz inteiramente parte do mundo. Kierkegaard foi quem melhor compreendeu essa dinâmica e apontou que “essa entidade puramente subjetiva está além do alcance da razão, da lógica, dos sistemas filosóficos, da teologia [...] no entanto, é a fonte de tudo isso” (STRATHERN, 1999, p. 9).

O singular é o homem. Contrariamente ao que ocorre entre os animais, o homem singular vale mais que a espécie. Apenas ele tem consciência de sua singularidade. Portanto, o homem é a categoria central da existência. A existência individual, assim a concebe Kierkegaard, é para ser vivida, dispensando ser explicada racionalmente, conforme pretendia Hegel. Contra a concepção hegeliana do homem, valorizando apenas aquilo que apresenta de geral e abstrato, Kierkegaard exalta o concreto, o singular, o homem enquanto subjetividade (PENHA, 1995, p. 17).

Toda a obra de Kierkegaard é pautada pela dialética, pelo debate, pelo diálogo e pela retórica; ela sempre apresenta as ideias de angústia e morte, de começo, de instante e de fim. A dúvida e o desespero estão sempre presentes, significando, ao mesmo tempo, temer e esperar, querer e não querer; o instante é eterno e temporal, não é passado nem é futuro; sobre a existência paira sempre um elemento de ambiguidade pois a existência é, por si só, ambígua e dual, um “vir a ser” constante. A fé e a religiosidade estão mergulhadas na dialética da incerteza: a verdade e o absurdo, o mistério e a revelação, a beatitude e o sofrimento estão profundamente

ligados. Nessa perspectiva, essas categorias refletem a unicidade e a individualidade do ser (GILES, 1975).

No pensamento kierkegaardiano, o sujeito é convocado a se responsabilizar por suas escolhas e atitudes, com base naquilo que ele considera ser a verdade para si. O processo de escolha normalmente implica em enfrentar dificuldades, visto que essas sempre provocam consequências, que podem ser positivas ou negativas; portanto, escolher não é fácil nem simples, o que gera no sujeito um sentimento de angústia muito grande. “A possibilidade traz consigo a angústia, a liberdade acarreta angústia. A angústia ocorre quando o homem confronta a liberdade” (JANZEN; HOLANDA, 2012, p.590).

Todavia, a angústia é precedida por um outro sentimento, que Kierkegaard chamou de inocência. O indivíduo inocente é aquele que ainda não tem consciência de si, do seu “eu” e da dissociação entre o corpo e o espírito que lhe compõem. Essa inocência vai dando lugar à angústia à medida que o homem sente culpa.

Segundo Kierkegaard, o ser humano é constituído de uma síntese entre alma e corpo, sustentado por um terceiro elemento, que é o espírito. No estado da inocência, o espírito está “confuso”, não há a consciência de si mesmo, ele se vê diante do nada. Esse nada faz com que o ser humano projete sua própria realidade. No entanto, essa realidade não é verdadeira; ela está distante, muito além dele mesmo. Perante isso, surge a angústia. Pode-se dizer que a inocência e a angústia são simultâneas (REBLIN, 2008).

A angústia está profundamente enraizada com a liberdade e perceber a aproximação da liberdade que antecede ao ato propriamente dito, é extremamente angustiante. É ela que revela o grau de inautenticidade do ser, o quanto ele está longe de conhecer-se, de ter consciência de si. “A angústia não é doença, muito menos uma deformidade no ser humano. É ela que anuncia a voz daquilo que diferencia o homem dos demais seres vivos presentes na terra: o espírito” (SOUSA; ROCHA, 2014, p.82).

Portanto, a angústia está intrinsecamente vinculada à possibilidade. Uma possibilidade é uma variável indefinida. Ela não é conhecida realmente, bem como suas consequências. É uma incerteza que possui junto de si outras variáveis indefinidas. Entre as inúmeras possibilidades, está a possibilidade da realidade da liberdade, que é almejada pelo ser humano. Entretanto, essa realidade não existe, ela existe apenas como possibilidade. Diante dessa situação, há uma inquietude que atrai e repulsa, que ama e teme. Essa inquietude ambígua é a angústia. Desse modo, a angústia se difere do medo e de outras reações psicossomáticas que atingem o indivíduo em sua existência, pois ela não está diante de algo determinado, mas de algo que pode ser possível (REBLIN, 2008, p. 109).

Já o desespero, segundo Kierkegaard, é próprio do ser existente, daquele que tem consciência do seu “eu”. Todavia, esse “eu” composto por sínteses de finito e infinito, de temporal e eterno, de liberdade e necessidade, ou seja, de ambiguidades, apresenta uma relação desarmoniosa com essas sínteses e, sendo assim, parece para a existência vivendo de maneira incorreta pois, não consegue manter uma relação que se estabelece consigo própria, que é voltada para dentro, para a sua interioridade (SOUSA; ROCHA, 2014).

É exatamente por ser uma síntese e não estar determinado que o homem desespera. Se estivesse determinado, não teria como tarefa tornar-se si mesmo e não desesperaria. Ao se deparar com tal tarefa, o “eu” tenta ser como outrem e não quer ser si mesmo. Deste modo, desespera, desestabiliza a síntese, prioriza um dos polos do paradoxo e, por conseguinte, esquece o outro polo, contrário ao que eleger (MATTAR; FEIJOO, 2016, p.7).

Como a angústia é um salto para a liberdade e o desespero é a morte da alma, a singularidade de uma pessoa está em sua coragem de fazer escolhas perante as novas situações da vida.

Na perspectiva kierkegaardiana, a angústia e o desespero são elementos indissociáveis da existência humana; são imprescindíveis para a construção do Ser. O processo de existir implica, inevitavelmente em fazer escolhas e viver as consequências delas advindas com responsabilidade. Todavia, para escolher, o homem sente angústia – a possibilidade e o pressentimento da liberdade, trazem consigo a angústia. Mas é justamente quando, pressionado pela angústia, consegue decidir, escolher por um caminho em detrimento ao outro é o que o homem exerce e se apropria da sua liberdade, dando um salto qualitativo na sua existência (MATTAR; FEIJOO, 2016; SOUSA; ROCHA, 2014).

Já o desespero é próprio daquele que perde a consciência de si, considerado uma “doença da alma”, do “eu”, cujo antídoto é a fé. Ao viver a ilusão (ignorância) que tem um “eu” formado, o homem ignora o fato de que é um “devir”, que está sempre em formação, repleto de incertezas, um existente que não tem definição, pois o “eu” se constitui, como a angústia e o desespero, no mundo e com o mundo, nas experiências e no “vir-a-ser” (FEIJOO; PROTASIO, 2011; SOUSA; ROCHA, 2014).

Pode-se indicar que para Kierkegaard a singularidade refere-se a autonomia de uma pessoa perante a vida. Neste caso, poder-se-ia apontar a ocorrência de expressão de uma vida saudável, pois a pessoa tenderia a ter autonomia individual e consciência de si no que se refere sobretudo aos afetos.

3.4 Heidegger e a relevância do Ser-no-mundo

*“A questão da existência nunca é explícita,
exceto pelo próprio existir”
M. Heidegger*

Martin Heidegger (1889-1976) foi um filósofo alemão e é considerado uma das mais importantes figuras que impulsionaram a filosofia do século XX. Sua analítica existencial, publicada na obra “Ser e Tempo” em 1927, tornou-se a base para o desenvolvimento da psicologia fenomenológica-existencial. Recebeu profunda influência da fenomenologia husserliana e suas obras unem o pensamento e o procedimento fenomenológico com o questionamento do modo de ser humano. Se para Husserl, os fenômenos são acessíveis pela intencionalidade que caracteriza a consciência humana, para Heidegger, os fenômenos são acessíveis pelo modo humano de ser e abrangem muito mais do que o aspecto cognitivo-intencional (ROEHE, 2006).

Para Heidegger o ser é o conceito mais universal, que está presente na vida cotidiana com o mundo, mas também é, ao mesmo tempo, o mais obscuro, o que exige mais discussão e reflexão. Na filosofia ocidental, o ser é concebido como simplesmente dado e manifestado no sujeito, dando-lhe um caráter de imutabilidade e de fixidez acessíveis além da aparência. A partir disso, Heidegger propõe outro modo de refletir sobre essa questão, considerando o ser não somente em sua aparência, mas também em seu sentido (BRAGA; FARINHA, 2017).

Portanto, o propósito de Heidegger é discutir o Ser, descrevendo os fenômenos que o caracterizam, separando-o da definição ontológica clássica universal que o aponta como a mais abstrata e obscura de todas as ideias. Ele quer descobrir o seu significado. Não interessava examinar “o que é um ser humano”, mas “como é ser humano”.

Heidegger não concebe o Ser como um ser particular, tampouco como o conjunto de todos os seres particulares com os quais lidamos em nossa experiência cotidiana. Limita-se a afirmar que o Ser é aquilo que faz com que o mundo seja – e que assim apareça ao homem. Busca, dessa forma, investigar o fundamento de tudo o que existe (PENHA, 1995, p. 27).

Partindo-se então do princípio que discutir e definir o Ser não é tarefa simples, Heidegger busca na ontologia (do grego *ontos*, “ser”) o caminho para tirar o conceito de Ser da universalidade e da abstração, transformando-o em um “ente”, ou seja, em alguma coisa determinada, concreta e lógica.

Visar ao Ser, compreender, conceituar, escolher e aceder são modos de aproximação constitutivos da questão e, portanto, são eles próprios modos do Ser de determinado ente, do ente que formula a questão que é cada um de nós. Desenrolar a questão sobre o Ser significa: a explicitação de um ente – aquele que questiona – em seu ser. Esse ente, que é cada um de nós e que tem, entre outras possibilidades de ser, a de questionar, Heidegger o designa pelo termo Ser-aí. Portanto, a colocação explícita e consciente da questão sobre o significado do Ser exige uma análise prévia e adequada desse ente (o Ser-aí) relativo a seu ser (GILES, 1975, p.219).

A diferença entre o Ser e o ente foi introduzida pelos pensadores da Idade Média, concedendo ao Ser a capacidade de fazer com que o ente seja o que é. Contudo, a filosofia heideggeriana define essa diferença como ontológica⁵ e, apesar da distinção apontada, ao mesmo tempo que o ente é subordinado ao Ser, não há como falar do Ser sem vinculá-lo ao ente (PENHA, 1995).

Ao afirmar que o ser humano é aquele que indaga sobre a existência e o sentido das coisas, Heidegger apontou que o sentido do Ser deve estar atrelado ao tempo, pois o homem é um ser essencialmente temporal, que vive num mundo que preexistia, num dado momento histórico particular, cultural, material e espiritual que, dependendo da trajetória de cada um, pode levar a diferentes futuros (BUCKINGHAM e cols., 2011). Esse Ser determinado, devidamente localizado no tempo e no espaço, ele chamou de *Dasein*, o “Ser-aí”.

Segundo Penha (1995), o termo *Dasein* é formado pela palavra *da* (aí, por aí) e *sein* (presença, existência). “É o ser que se encontra aí, é o ente, é tudo aquilo de que falamos, é o ser singular e concreto, é o ser aí”. (p.29-30). É também um Ser-no-mundo, lançado no mundo, vivendo a realidade concreta na relação e na coexistência com outros *Dasein* no tempo e no espaço, num eterno “poder-ser”, sempre inacabado, sempre em construção, mas diante de inúmeras possibilidades. “O homem existe, é uma presença no mundo: ele é o *Dasein*” (p.32).

O filósofo chama *Dasein* ao modo humano de ser. O *Dasein* é o ente que, sendo, des-cobre, revela o Ser (o que e como algo é) em geral, porque tem uma compreensão do Ser, ainda que não explicitada e/ou elaborada. É sendo des-cobridor que o *Dasein* conhece. Pode-se dizer que o *Dasein* está sempre conhecendo, ele é conhecendo (ROEHE, 2006, p.154).

A natureza do *Dasein*, o Ser-aí é ser-em-comum, é ser-com-os-outros, numa existência compartilhada e interdependente, que é primordial para suas experiências. “A plena autoconsciência e a autoconfirmação derivam da consciência que tenho dos

⁵ Relativo à ontologia, ramo da filosofia que estuda o Ser

outros; não é que começo por mim mesmo, como dado indubitável, para de alguma maneira deduzir a existência de outros seres semelhantes” (GILES, 1995, p.223).

Todavia, é certo que há um limite para essa trajetória do Ser-no-mundo e que tudo terá um fim, concluído ou não. Para Heidegger, esse fim é a morte.

Para melhor esclarecer a angústia e o desespero desse Ser-para-morte apontado por Heidegger, vale-se dos conceitos de autenticidade e inautenticidade usados por ele. Na filosofia heideggeriana, o homem que tem uma vida autêntica é aquele que reconhece a diferença entre o humano e o não-humano. O ser autêntico é aquele que através de um profundo processo de investigação interna, atingiu sua maneira original de ser, além de compreender modos de agir e de pensar que eliminem incômodos e angústias diante da vida e dos outros homens (RIBEIRO; RONCATI, 2012).

Por outro lado, a inautenticidade se revela naquele homem que age de acordo com o que dizem ser certo ou errado, que somente obedece à ordens ou regras, que não busca suas origens nem indaga suas motivações, mergulha em um certo anonimato que o desvincula da sua singularidade, fazendo-o perder-se no meio dos outros, alheio a si mesmo (PENHA, 1995).

Segundo Inwood (2002, p.12), “a inautenticidade está frequentemente associada com o impessoal. Ser autêntico é fazer sua própria coisa, não o que o impessoal prescreve”. Complementa, apontando que

a inautenticidade agora está mais ligada à relação de cada um com o ser do que à relação consigo mesmo: “O Dasein é autêntico se pertence à verdade do ser de tal modo que a prioridade sobre os entes é concedida ao ser” (INWOOD, 2002, p.13).

Já Giles (1975) aponta que também se deve considerar que a existência do Ser é, na maior parte das vezes, inautêntica. Isso porque o homem na vida cotidiana acaba encobrindo o seu ser tendo uma interpretação equivocada de sua própria existência, ou seja, ela também se apresenta encoberta para o Ser.

Retomando o tema do Ser-para-morte, Ser-para-o-fim, vivendo ou não autenticamente, Heidegger concebe a morte como a última situação-limite para o homem. “O temor da morte caracteriza-se pelo medo de uma possibilidade que pode ainda não estar tão próxima, muito embora esta possibilidade não próxima não resolva o temor, bem ao contrário, o constitua” (SILVA; DAMASCENO, 1999, p.94).

Penha (1995), salienta que “se a morte, como termo da vida, só ocorre uma vez, o sentimento de “sermos-para-a-morte”, contudo, o experimentamos permanentemente [...]. Somos seres cercados pela morte” (p.33).

O que a analítica da existência de Heidegger apresenta é a interdependência existente nos conceitos de medo, angústia, nada e morte. Tais conceitos visam gerar no *Dasein*, no Ser-aí, uma motivação para assumir o seu viver autêntico. Somente a partir destes fenômenos ocorre a possibilidade de uma mudança na existência, quando o homem atende aos apelos do seu Ser. O despertar se dá por meio da compreensão de sua finitude e não por sentimentos cotidianamente chamados de alegria ou felicidade (WERLE, 2003).

3.5 A doença como forma de manifestação de ser no mundo: autores que vincularam as bases fenomenológicas e existenciais à Psicologia

*O fundamento da psicologia reside, sobretudo,
na percepção do outro, na percepção de um eu estranho
ou de outrem, bem mais raro que do próprio eu.
L. Binswanger*

Ludwig Binswanger (1881-1966), foi um médico neurologista e psiquiatra suíço, pioneiro na área da psicologia existencial e um dos criadores da *Daseinsanalyse*, que ainda jovem trabalhou e estudou com alguns dos psicólogos mais destacados de sua época, como Carl Jung, Eugen Bleuler e Sigmund Freud. Seu trabalho foi desenvolvido sob grande influência da filosofia existencial, especialmente das obras de Martin Heidegger e Edmund Husserl. A partir de seus estudos sobre fenomenologia, distanciou-se da psicanálise e deu início na década de 1930 a uma nova metodologia terapêutica. Em 1950, apresentou esta proposta com o nome de *Daseinsanalyse* no Primeiro Congresso Internacional de Psiquiatria realizado em Paris. É considerado o primeiro médico a combinar psicoterapia com existencialismo. Sua teoria foi apresentada em 1942.

No decorrer de seus estudos, Binswanger compreende que determinadas abordagens da psicologia e métodos psiquiátricos fundamentados por princípios das ciências naturais, ao procurar tratar as doenças psíquicas, acabam reduzindo o outro a um sistema mecânico passível de ser analisado e assim tratado. Essas concepções são consequências da ontologia cartesiana, a qual separou radicalmente o sujeito do mundo, restando a dicotomia entre sujeito e objeto. Ao se aproximar da fenomenologia

de Husserl e da analítica existencial de Heidegger, Binswanger pensa na possibilidade de unir a psicoterapia com fundamentos fenomenológicos e existencialistas, vindo então a desenvolver um método, que ele denominou de Daseinsanalyse (SANTOS, 2015).

Ao buscar um tratamento psicoterápico mais consistente, Binswanger “defendeu a ideia [...] de se especificar a psicopatologia em um campo diferente do das ciências naturais, que entendiam o homem como um sistema de funções de ordem orgânica ligadas a processos naturais no tempo” (MOREIRA, 2011, p.175).

Binswanger, em seus estudos sobre as enfermidades psíquicas, inicia com uma forte influência da explicação biologizante. Na tentativa de sair do modelo médico, ele busca na psicanálise outra possibilidade de compreensão do psiquismo e, por fim, recorre à fenomenologia e à hermenêutica (FEIJOO, 2017, p.125).

A proposta da Daseinsanalyse é não tratar o doente a partir de um guia fundamentado nas ciências naturais, mas sim abordar a dimensão ontológica e existencial do outro na dinâmica do convívio, descrevendo a doença a partir da singularidade do paciente. Desse modo, Binswanger serve-se do conceito heideggeriano de Dasein e dos seus modos de ser ontológico (SANTOS, 2015).

Na construção de sua teoria acerca das psicopatologias, Binswanger passou por fases que, conforme já apontado anteriormente, foram inspiradas nas filosofias de Husserl e Heidegger, objetivando melhor compreender as experiências psicopatológicas. Nesse sentido, o paciente deve ser considerado na manifestação de sua experiência vivida, na dinâmica relacional com o mundo. Portanto, a oposição entre fatores internos e externos como origem das psicopatologias perde o sentido, pois a proposta é ter uma compreensão dinâmica e completa deste homem. Desse modo, torna-se relevante apontar as fases da psicopatologia fenomenológica de Binswanger porque não se trata de um simples pensamento fenomenológico linear, mas da evolução de uma psicopatologia inspirada na fenomenologia que direciona a um outro espaço na clínica e na psicopatologia, além de introduzir um novo olhar e uma nova forma de compreender a patologia na existência humana (PITA; MOREIRA, 2013).

Ao enfatizar a importância da dinâmica de funcionamento do homem a partir de suas experiências, Binswanger “compreende o homem em sua existência e o inconsciente como um modo desta existência no mundo, e não em oposição à consciência” (PITA; MOREIRA, 2013, p.681). Essa posição acaba por afastá-lo da

psicanálise e aproximá-lo da fenomenologia, inaugurando a primeira fase de sua teoria, chamada de Antropologia Fenomenológica.

Binswanger assumiu definitivamente a perspectiva fenomenológica de método, que o acompanhou durante toda a sua trajetória profissional. Ele começou comparando o projeto fenomenológico de Husserl e o método científico natural, enfatizando que, pelo caminho da fenomenologia, colocaria a psiquiatria no rol das ciências rigorosas, através da análise dos problemas psicopatológicos à luz da categoria fenomenológica do espaço. Pelo seu interesse pela filosofia, incluiu a fenomenologia e a ontologia hermenêutica em suas elaborações teóricas, não só em psiquiatria, como também para sua atividade clínica (FEIJOO, 2017).

Contudo, Binswanger precisava ampliar sua teoria, considerando que havia limites na fenomenologia de Husserl, que impossibilitavam a compreensão das modificações psiquiátricas em sua amplitude, tornando-se necessário expandir a noção de intencionalidade, a fim de melhor compreender a diversidade dos mundos constituídos na psicopatologia. A partir daí surge o seu interesse pela analítica existencial do Dasein (ALVARENGA, 2017).

Ao voltar-se para o Dasein heideggeriano, Binswanger entendeu que toda experiência humana necessitava ser decifrada e interpretada. A partir daí, ele passa a orientar sua investigação psiquiátrica nas determinações existenciais, no próprio ato de existir, como sendo as condições de possibilidades do ser enfermo. Inicia então sua trajetória na análise existencial aprofundando-se na obra “Ser e Tempo” de Heidegger, apoiado em duas referências que serão fundamentais em sua clínica, a noção de projeto e de cuidado. Para a análise do Dasein, considera as estruturas existenciais de espacialidade, temporalidade, corporalidade, ser-com-humor e o ser-para-a-morte. Com as conclusões advindas de seus estudos, em 1950, Binswanger apresentou uma conferência intitulada Daseinsanalyse, ou Daseinsanálise, na qual comunicou um novo método de investigação em psiquiatria e psicoterapia, e passa a designar uma abordagem que compreende o homem não mais como resultado de um determinismo, nem mesmo como forças e complexos psíquicos que agem de modo oculto nas expressões aparentes do homem, mas como o protagonista de sua existência, vivendo algumas possibilidades e excluindo outras, mas sempre desvelando possibilidades (FEIJOO, 2011).

A Daseinsanalyse é uma escola de psicoterapia fundamentada no pensamento heideggeriano, cujos objetivos apontam ao desvelamento de sentidos, uma nova

compreensão do paciente e a promoção de liberdade existencial. As posturas do terapeuta envolvem acolhimento, aproximação e aceitação em relação ao paciente (COSTA, 2017).

Também designada por Análise Existencial ou Análise do Dasein, a Daseinsanalyse foi introduzida por Binswanger, cuja proposta inicial foi a de utilizar o método fenomenológico para descrever e compreender o Dasein perturbado em termos de alterações das categorias existenciais. Para o autor, os diferentes quadros psicopatológicos são entendidos como desvios da norma ontológica, sendo formas de existência frustrada. A saúde mental seria caracterizada pela abertura ao mundo próprio, enquanto as diferentes perturbações mentais seriam caracterizadas pelo encerramento do Dasein, uma privação e bloqueio da relação consigo mesmo e com o mundo, pois o indivíduo mentalmente perturbado seria um ser restrito, oprimido, fechado. A partir desses dados, Binswanger aponta que a presença perturbada seria caracterizada em diferentes estados psicopatológicos, como na melancolia (presença perdida), na mania (presença momentânea), na esquizofrenia (presença vazia), na histeria (presença de exibição) e na neurose obsessiva (presença controlada) (TEIXEIRA, 2006).

A presença fica limitada em torno de uma categoria existencial prioritária (os chamados existenciais de Heidegger). [...] Quando a presença fica limitada em torno da corporalidade, temos o Dasein hipocondríaco ou o bulímico; na temporalidade temos o melancólico ou o maníaco; na espacialidade encontramos o agorafóbico, e assim por diante. Ocorre aí o que Binswanger vai chamar de formas de existência frustrada, onde o indivíduo se fecha em si mesmo perdendo o eixo comum com o mundo do outro (MOREIRA, 2011, p.177).

Todavia, mesmo tendo tornado sua teoria mais abrangente, Binswanger se mostrava insatisfeito porque não encontrara ainda bases suficientes que pudessem compreender a constituição do mundo psicótico. Essa busca e persistência, levou-o a uma terceira fase da sua teoria, marcada pelo retorno à fenomenologia husserliana, agora com foco na subjetividade. Essa fase da teoria de Binswanger, além de manter e considerar as duas anteriores, busca uma nova constituição da intencionalidade a partir das bases da ontologia do Dasein, na qual se compreende as falhas estruturais do Dasein psicótico (PITA; MOREIRA, 2013).

Binswanger faz um caminho que vai da antropologia revelada pela investigação das estruturas existenciais do Dasein humano, até a busca das características transcendentais fundamentais de cada mundo psicótico, enquanto temporalidade. [...] procura descrever as vivências temporais típicas dos mundos alterados, a fim de conhecer a constituição desses mundos, como do Ego que aparece aí ou de Outrem que aí é encontrado. Trata-se de compreender a

psicopatologia a partir de uma investigação transcendental, considerando o fenômeno da correlação entre a vivência empírica do sujeito na psicose e o aspecto transcendental de sua condição de possibilidade. Trata-se de reenviar cada objetividade constituída a uma forma essencial correlativa de intencionalidade. [...] A dificuldade do consulente em transitar de seu mundo próprio para o mundo comum, e os delírios e alucinações associados a essa impossibilidade serão interpretados a partir das alterações no fluxo temporal da consciência (ALVARENGA, 2017, p. 374).

Segundo Pita e Moreira (2013), as noções de temporalidade e intencionalidade ficam claramente expressas nessa terceira fase da Daseinanalyse de Binswanger, que aponta a retenção, apresentação e protensão relacionadas às objetividades dos tempos passado, presente e futuro. Esses componentes intencionais devem funcionar fluidamente, o que não ocorre no indivíduo psicótico.

É dito que Binswanger teve dificuldade em concluir sua teoria, na qual buscava aliar a fenomenologia (método transcendental) com a psiquiatria (método empírico). Todavia, apesar das dificuldades, ele contribuiu significativamente para o campo da psiquiatria fenomenológica e seus sucessores, como Medard Boss, continuaram a Daseinsanalyse a partir de reformulações em sua base estrutural (SANTOS, 2015).

Medard Boss (1903-1990), foi um médico psiquiatra suíço que, como Binswanger, recebeu na sua formação profunda influência de Bleuler e Freud, além de também ter seguido os preceitos heideggerianos para formação de sua teoria. Boss acreditava que a medicina e a psicologia de sua época, baseadas na filosofia cartesiana e na física newtoniana, assumia pressupostos incorretos sobre os seres humanos e o seu significado.

A denominação de Daseinsanálise foi mantida por Medard Boss que, no desenvolvimento de sua clínica, enfatizou as noções de tonalidades afetivas, principalmente a angústia e o tédio. O filósofo da Daseinsanálise – Heidegger – sustenta em sua filosofia a possibilidade de elaboração de uma clínica, referindo-se à analítica do Dasein como a análise ontológica das estruturas da existência humana; num segundo momento, aponta para a possibilidade de uma clínica psicológica com bases na fenomenologia hermenêutica. Tanto Binswanger quanto Boss, denominaram de Daseinsanálise o exercício desta analítica em uma perspectiva ôntica, na relação com problemas existenciais, porém o foco de Binswanger foi a noção de tempo (temporalidade). Já Boss, enfatiza a noção de espaço, como o horizonte histórico que dá o tom aos afetos da convivência com o qual o sujeito deve lidar (TEIXEIRA, 2006).

Boss acreditava que a psicopatologia muito se enriqueceria por um pensamento que não permitia a colocação da distinção cartesiana sujeito-objeto. Por isso considerava a Daseinsanalyse mais que uma escola: “É, antes de tudo e primordialmente uma nova abordagem do conjunto dos fenômenos normais e patológicos do existir humano (...) tem como intuito ver sem deformações aquilo que se mostra a nós do si-mesmo”. A concepção daseinanalítica de Boss parte da observação de que o homem nunca se encontrou primordialmente sozinho; o homem pode se relacionar de diferentes modos, mas não pode não se relacionar, pois estão sempre e primordialmente co-existindo, embora cada um a seu modo, o que se constitui no caráter fundamental de ser-com-o-outro. A Daseinsanalyse de Boss “compreende a existência humana como uma abertura estendida e transparente, tanto no sentido temporal quanto espacial, para tudo aquilo que vem ao seu encontro no mundo” (MOREIRA, 2011, p. 178).

As questões fundamentais da Daseinsanálise de Boss são as tonalidades afetivas determinantes do modo como os seres experimentam e compartilham o mundo. São afinações da convivência que acompanham os atos do sujeito, bem como determinam sua temporalidade. A angústia, típica da negatividade da existência, é uma tonalidade afetiva fundamental que rompe com as estruturas do mundo real, lançando-o numa insignificância radical, numa total indiferença e em um profundo esvaziamento. E é nesta situação limite que ocorre um despertar para o espaço de realização do ser-aí, ou seja, abre-se o seu poder-ser. A angústia retoma a compreensão da finitude, do ente ontologicamente incompleto e indeterminado, desvelando o poder do mundo sobre ele, convocando o ser-aí a apropriar-se da sua existência. O tédio, outra tonalidade afetiva fundamental, traz um encurtamento do horizonte da existência, um esvaziamento profundo do tempo e um grande desinteresse pelas possibilidades e pelo mundo. O tédio se manifesta no sujeito quando ele se desinteressa por si mesmo; trata-se de uma absoluta indiferença pela vida, pelo mundo, pelo sentido das coisas; com o tédio se revela o ser-para-a-morte, a situação do sujeito que é finita e transitória (FEIJOO, 2011).

Da compreensão de ambos os teóricos da Daseinsanálise acima apontados, vê-se que enquanto Binswanger manteve-se na análise fenomenológica do Dasein perturbado, Boss centrou-se no método terapêutico, cujo objetivo principal seria o de facilitar o sujeito a atingir uma maior consciência das suas experiências vividas. Isso se daria através da relação terapêutica, pela permissividade e abertura adequadas que ajudaria o sujeito descobrir outras possibilidades de relação. Ao rejeitar o inconsciente e a transferência, Boss definiu que a utilização do método fenomenológico ajudaria o paciente a perceber a forma como ele experimenta o seu-

mundo e faz suas escolhas, como promove a abertura em relação a si próprio e mobiliza as suas capacidades e potencialidades (TEIXEIRA, 2006).

Ao se estudar as teorias daseinanalíticas de Binswanger e de Boss, vê-se a grande contribuição que ambos deram à psicopatologia fenomenológica existencial.

Binswanger, com sua Daseinsanalyse, inaugura a tradição da psicopatologia fenomenológica, cuja preocupação primordial não é mais o psíquico ou a doença, mas o homem. Medard Boss, por sua vez, desenvolve uma nova maneira de enxergar o modo de ser-doente que só pode ser compreendido a partir do modo de ser-sadio e da constituição fundamental do homem normal, não perturbado, pois segundo o próprio Boss, “todo modo de ser-doente representa um aspecto particular de determinado modo de ser-são”, na medida em que entende que a essência fundamental do homem sadio caracteriza-se por suas possibilidades de relação na abertura livre de seu mundo, enquanto que o ser-doente tem suas possibilidades limitadas (MOREIRA, 2011).

4 MÉTODO

4.1 Delimitações do estudo

A presente pesquisa é um recorte ⁶da pesquisa “Violência Contra as Mulheres Universitárias no Vale do Paraíba: consequências para a saúde” coordenada pela Professora Dra. Rosa Frugoli, na Plataforma Brasil sob no. 10525118.0.0000.5501 feita a partir de 2018. Na pesquisa realizada, a problematização se referia a identificação e compreensão da violência contra mulheres universitárias, quais seriam seus tipos, como e quando ocorreram as situações de violência e quais as suas consequências para a saúde das mulheres.

Tratou-se de uma pesquisa exploratória, com delineamento misto quantitativo e qualitativo, do tipo Estudo de Caso com relatos de experiência. Na perspectiva quantitativa, o intuito foi capturar a objetividade da realidade social por meio de resultados quantificados, utilizando questionário. A pesquisa quantitativa é de relevante importância, pois foca na objetividade, possibilita considerar a realidade com base na análise de dados brutos advindos de instrumentos que coleta dados de modo fechado, que permite recorrer à linguagem matemática para descrever as relações

⁶ Este é um recorte da pesquisa maior que contém 52 questões quantitativas e 10 qualitativas.

entre variáveis e os outros fatores que determinam o fenômeno. Silva e Menezes (2001) apontaram que ao se trabalhar com amostras que representem a população investigada, os resultados podem ser tomados como se constituíssem um retrato real da população alvo da pesquisa. Neste sentido, aqui foram investigados os dados referentes à ocorrência da violência contra as mulheres no período universitário. Já na perspectiva qualitativa, através de entrevista semiestruturada, buscou-se alcançar compreensões e explicações das dinâmicas das relações sociais contidas no fenômeno da violência contra as mulheres universitárias. Minayo (2002), aponta que a pesquisa qualitativa proporciona a elucidação dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Neste tipo de abordagem, percebe-se fundamentalmente a relação dinâmica e de interdependência contida nas violências experimentadas, uma junção intrínseca e indissociável do mundo objetivo e a subjetividade das participantes (CHIZZOTI,1998). Minayo (2002, p. 22), ainda esclarece que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem [...], se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Assim, a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permitiu atingir os objetivos propostos na investigação.

Cabe ressaltar que neste Trabalho de Graduação (TG), utilizou-se parte de coleta de dados da pesquisa principal, pois a problematização atual se refere aos aspectos afetivos contidos na subjetividade das mulheres que viveram situação de violência de gênero, considerando que o norte para a realização desse trabalho foi compreender, a partir dos resultados quantitativos provenientes das respostas de 324 mulheres universitárias, bem como a partir dos dados qualitativos provenientes das entrevistas semiestruturadas realizadas com 16 mulheres universitárias, as manifestações do sofrimento, da angústia e do desespero apontados pelas participantes que sofreram algum tipo de violência de gênero.

4.2 Participantes

Participaram da pesquisa 324 mulheres que contribuíram com dados quantitativos. Destas, 16 mulheres também participaram da coleta de dados qualitativa. Os critérios de seleção destas participantes foram:

- a) Ter 18 anos ou mais na data da participação da pesquisa;
- b) Serem estudantes universitárias e cursando a graduação presencial;

c) Terem acesso ao grupo de rede social instituído na sala de aula, no respectivo curso de graduação ao qual pertencia e aplicativo móvel compatível com a recepção do endereço (*link*) de acesso ao questionário;

d) Terem interesse e possibilidade em participar da pesquisa.

Para atingir o número ideal de amostra, utilizou-se um modelo estatístico para a coleta de dados de modo a atingir o índice de confiabilidade necessário. Nesta investigação foi utilizado o teorema do limite central, que forneceu suporte matemático ao conceito de que a média de uma amostra aleatória de uma população grande tende a estar próxima da média da população completa (MOURÃO JR, 2009).

Este teorema é representado pela seguinte fórmula:

$$n = N Z^2 p (1-p) / e^2 + Z^2 p (1-p)$$

Cabe considerar que:

n = o tamanho da amostra para o cálculo;

N = tamanho do universo;

Z = o desvio do valor médio que é aceito para alcançar o nível de confiança desejado;

e = a margem de erro máximo que é admitida;

p = a proporção que se espera encontrar.

Para Mourão Jr (2009) o resultado obtido com a amostra foi o mais provável de ser encontrado também no universo total da pesquisa. Como a probabilidade diminui conforme o distanciamento médio, foi possível criar um intervalo ao redor do valor mais provável, que é o nível de confiança, e a distância necessária a partir desse valor mais provável, são os itens que determinarão a margem de erro.

Como a pesquisa ocorreu num campus universitário, houve um levantamento nas secretarias das referidas graduações para se obter o número de alunas matriculadas no primeiro semestre de 2019. Obteve-se o total de 571 alunas matriculadas nos cursos de “1⁷”, “2” e “3”; no curso “4” o total de universitárias foi 157; no curso “5” o total de 131; no curso “6” havia 152 matriculadas; no curso “7” havia 247 alunas; no curso “8” eram 140 matriculadas; no curso “9” foram 459. A somatória chegou a um total de 1857 alunas matriculadas regularmente nos cursos da área da saúde. A partir daí, buscou-se a amostra apropriada referente ao total da população de 1857 alunas matriculadas, com erro de amostra de 5%, e nível de confiança que

⁷ Os cursos de graduação na área da saúde receberam números correspondentes, a fim de se garantir sigilo de informações sobre quaisquer dados que possam identificar as participantes da pesquisa.

mostra a probabilidade de os resultados obtidos refletirem as opiniões da população pesquisada de 95%. O resultado amostral somou 324 questionários respondidos⁸.

4.3 Local, instrumentos e procedimentos

A pesquisa foi realizada em um campus de uma universidade na região do Vale do Paraíba que oferece 9 cursos de graduação na área da saúde.

A primeira fase da entrevista, de coleta de dados quantitativos por meio de questionário *online*, possibilitou às participantes escolherem o local e o tempo de resposta da pesquisa, ou seja, onde e quando foi conveniente para as participantes, respeitando o período permitido para a coleta de dados.

O questionário (Apêndice B) foi composto por 35 questões objetivas, desenvolvido pelas integrantes da pesquisa. Nele constavam questões sobre dados pessoais, financeiros, ocupacionais, questões relacionadas ao período da graduação em saúde e a relação das mulheres nessa ocasião com a violência de gênero, que deveria ser respondido pela população alvo por meio das redes sociais e aplicativos para celular. Para aplicação foi realizada a apresentação e divulgação de acesso ao documento em rede da internet e o principal meio de divulgação do endereço foi a rede social e o aplicativo de mensagens multiplataforma (*WhatsApp*)⁹. Por meio desta rede, foi divulgado nos grupos de alunas ou individualmente, o convite para participar e responder as perguntas. O acesso (*link*) ao questionário foi enviado por endereço eletrônico (*e-mail*) ou por aplicativo de mensagens (*Whatsapp*) para as participantes interessadas, que poderiam respondê-lo no local e horário de sua conveniência. Deste modo, foi permitida livre escolha na participação das alunas, que para ter acesso ao questionário completo, necessitavam ter o perfil compatível aos critérios estabelecidos nas amostras quantitativa e qualitativa de população da pesquisa. O questionário pôde ser respondido após divulgação das datas iniciais e finais estabelecidas previamente, em cursos de graduação presencial da área de saúde de uma universidade na região do Vale do Paraíba e as respostas enviadas eletronicamente direto para professora coordenadora do projeto.

⁸ Ao se utilizar nível de confiança de 90%, a amostra se restringe a 238. Para se garantir maior confiabilidade, utilizou-se 324 questionários.

⁹Aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para telefones celulares, utilizado para troca de mensagens de texto, além de vídeos, fotos e áudios através de uma conexão de rede de computadores.

A segunda fase da pesquisa, de coleta de dados qualitativos através de entrevista semiestruturada, ocorreu no Laboratório de Técnicas e Exames Psicológicos (Laboratório de TEP) do Departamento de Psicologia da universidade, em ambiente seguro, confortável e adequado. Houve a coleta da assinatura das participantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – APÊNDICE A) e os devidos esclarecimentos sobre o tratamento referente aos dados da pesquisa, principalmente em relação ao sigilo e arquivamento dos dados transcritos pelo período de 5 anos, com posterior deleção ao final desse prazo.

Desse modo, iniciou-se com as visitas programadas e previamente autorizadas nas salas de aula da universidade, para divulgação da pesquisa, ressaltando a sua importância e relevância, e para solicitar a participação voluntária das alunas. Na oportunidade, houve a coleta do endereço eletrônico (*e-mail*) e telefone celular das interessadas que foram organizados em listas impressas separados por departamentos dos cursos da área da saúde da universidade.

A pesquisa foi acompanhada pela plataforma digital *Googledocs*¹⁰, com o objetivo de verificar a evolução e o número de respostas. Constantemente foram enviadas mensagens por aplicativo às alunas voluntárias, lembrando-as de responder à pesquisa e da importância da sua participação. Após atingir-se um número preestabelecido de respostas, o sistema *Googledocs* foi bloqueado para impossibilitar novos acessos e posterior execução dos gráficos e da análise dos dados quantitativos.

A etapa seguinte contemplou a pesquisa qualitativa, com a utilização de entrevista semiestruturada (APÊNDICE C). Novamente foram enviadas mensagens via aplicativo *WhatsApp* e *e-mail*, convidando as interessadas em participar para que se obter os resultados qualitativos e, assim, ter uma pesquisa completa, que conseguisse refletir a situação de violência vivida pelas mulheres.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas semelhantes a um diálogo comum, propiciando às participantes, de maneira ética e respeitosa, a oportunidade de expressar seus sentimentos e emoções provenientes da situação de violência experienciada. A entrevista foi organizada com questões definidas previamente, atreladas ao tema da violência, para melhor compreender a experiência relatada pelas universitárias participantes que conseguiram transpor o medo e o desconforto da exposição de suas dores para contribuir com os dados de pesquisa tão relevante.

¹⁰ Ferramenta que permite criar, editar e visualizar documentos de texto e compartilhá-los em telefones celulares ou computadores, através de uma conexão de rede de computadores.

Após a organização e compilação dos dados quantitativos e a transcrição e análise das entrevistas e resultados qualitativos, foi possível identificar a relevância dos dados obtidos e a necessidade premente de se continuar falando sobre o tema da violência contra as mulheres, ampliando-o para outros aspectos e perspectivas, como os afetos evidenciados pelas mulheres em situação de violência.

Pontua-se que as universitárias que aceitaram participar da pesquisa inicialmente foram informadas de maneira detalhada sobre a proposta da investigação e aceitaram livremente a adesão. Houve o esclarecimento que a sua participação possibilitaria o compartilhamento, a exploração e a reflexão sobre as percepções acerca do fenômeno estudado, o que ajudaria outras mulheres no enfrentamento de suas dificuldades por terem passado por situação semelhante. Entretanto, como a realização desta atividade poderia causar sofrimento devido ao contato com conteúdo psíquico internalizado, revivendo sentimentos ou rememorando lembranças desagradáveis, elas tinham liberdade para interromper, a qualquer momento, a participação na pesquisa, assim como, se necessário fosse, poderiam ser encaminhadas ao Centro de Psicologia Aplicada (CEPA) da Universidade de Taubaté para atendimento psicológico imediato.

Como os resultados da pesquisa seriam divulgados academicamente, as universitárias tiveram garantia de acesso às informações e aos dados em qualquer etapa do estudo. As universitárias não foram cobradas financeiramente para participar do estudo tampouco receberam qualquer vantagem financeira. A participação foi voluntária e a recusa em participar não acarretou qualquer penalidade ou modificação na forma de atendimento oferecida pela (s) pesquisadora (s).

4.4 Procedimentos para análise de dados

A análise dos dados quantitativos ocorreu após o término da aplicação do questionário, com a utilização de um sistema *online* gratuito de tabulação de dados, chamado de *Googledocs*, para transcrever os dados e gerar os respectivos gráficos.

Este sistema de recurso informatizado das redes de computadores oferece diversos recursos tecnológicos de tratamento de dados, como criação de documentos contendo lista com marcadores, inclusão de tabelas, imagens, fórmulas e inserção de comentários, além de aceitar edição de formatos gerados por outros programas. Nesta pesquisa, este sistema foi utilizado exclusivamente para gerar gráficos de

porcentagem referentes aos dados elencados no questionário. Após as definições de porcentagens, houve descrição de cada item e agrupamentos de acordo com as proporções surgidas, como dados demográficos, gênero e outros. Os dados estabelecidos permitiram identificar o perfil das mulheres investigadas, a ocorrência e tipos de violência e as consequências para a saúde. Neste sentido, permitiram reconhecer que a violência sofrida por estas mulheres traziam elementos psicológicos significativos que foram investigados por meio das análises qualitativas.

O referencial teórico que sustentou as análises qualitativas foi a fenomenologia. O criador do método fenomenológico ou fenomenologia foi Husserl e este termo refere-se ao estudo dos fenômenos, daquilo que se apresenta à consciência, que é percebido, buscando explorá-lo. A própria coisa que se percebe, em que se pensa, de que se fala; identifica-se por assegurar o sentido dado ao fenômeno. Procura mostrar que o mundo é o fenômeno, é o que se mostra, embora precise ser desvelado. Busca chegar ao sentido deste que se mostra, para chegar aquilo que a coisa realmente é (SILVA et al., 2008).

O humanismo husserliano destaca a posição do homem diante do mundo em que vive, aquele que possui uma vida com fins e propósitos, criador de cultura e de história, portador de uma vida psíquica, de alma e de espírito, que comumente é definida como subjetividade (HOLANDA, 2014).

O foco da Fenomenologia é o de avaliar a experiência humana no mundo, no âmbito das coisas como elas aparecem (fenômeno).

Nas palavras de Silva et al. (2008, p.256),

O enfoque fenomenológico compreende o humano enquanto ser no mundo, na situação de estar lançado sendo presente e presença, [...] possibilita-nos ser no modo do crescimento pessoal e profissional, sobretudo à compreensão do ser, em sua subjetividade enquanto ser existencial, valorizando-o e se permitindo ser presença no lidar com-o-outro, considerando-o em sua vivência, a seu modo, o ser-em-si.

Husserl criticava o naturalismo das ciências humanas, a enorme tendência em ver toda realidade como material e física, em reduzir tudo a simples processos mentais, cerceando com isso a possibilidade de novos conhecimentos e de se chegar à “essência” dos objetos, através de uma redução fenomenológica. “Todo fenômeno possui uma essência que possibilita designá-lo e o conhecimento deveria visar, dessa forma, à apreensão da “coisa mesma” ou “coisa em si” (KAHHALE, 2002, p. 244-245).

Partindo das contribuições de Franz Brentano (1838-1917) para as psicoterapias humanistas, o precursor da fenomenologia e criador da doutrina da

intencionalidade¹¹, buscou-se analisar a manifestação do sofrimento, da angústia e do desespero nas mulheres vítimas da violência não a partir dos fenômenos físicos, obviamente mais claros e visíveis, mas a partir dos fenômenos psíquicos que comprometem o desenvolvimento das subjetividades.

Diferentemente dos processos físicos, os fenômenos psíquicos sempre se referem a um objeto, representação ou a algum conteúdo da consciência, que são acionados por mecanismos mentais (BORIS, 2011).

Desse modo, quando se retoma a ideia de “essência” do objeto, como sendo algo consciente, desconsiderando-se a sua aparência e a sua superficialidade, chega-se ao conceito de consciência intencional, apontada por Kahhale (2002, p.244) como sendo “a relação sujeito-objeto [...] na qual o sujeito constitui o objeto, sendo a consciência sempre a consciência de alguma coisa e o objeto sempre um objeto para uma consciência”.

Assim, busca-se analisar a intencionalidade presente nos atos humanos conscientes em direção a um objeto e como esse objeto é representado no campo vivencial das mulheres vítimas de violência, já que através do olhar fenomenológico se vê o todo (sentidos e significados) que compõem o humano.

O humanismo fenomenológico considera o “total” do humano em suas diversificadas relações com o mundo empírico e físico, com a comunidade dos homens em diferentes interrelações e entrelaçamentos, numa constante atitude de refletir e questionar sobre o que é verdadeiramente, o real e o absoluto na vida (HOLANDA, 2014).

Assim, “trabalhar fenomenologicamente significa que a experiência única e imediata [...] precede toda tentativa de classificação ou de julgamento” (BORIS, 2011, p.195). O método fenomenológico constitui-se num recurso para investigar profundamente o sentido da experiência do sujeito e identificar as estruturas mais significativas que compõem o seu processo (FEIJOO, 2000).

A proposta de análise de dados qualitativos na fenomenologia, se debruça no fenômeno apresentado por meio das experiências, os sentidos e significados que as mulheres manifestam em relação às violências vividas.

¹¹ Todavia, apesar da imensa contribuição de Husserl com seu método fenomenológico, será Heidegger quem levará a teoria da consciência intencional husserliana além das fronteiras mentalistas, apontando que antes da consciência intencional há um modo de ser que a possibilita. (ROEHE, 2006).

Assim, a fenomenologia propiciou uma forma de entender o humano considerando também sua subjetividade como parte de um todo, inclusive do campo fenomenológico que a pessoa se insere. Nenhuma pessoa, no caso, as mulheres, podem ser analisadas desvinculando-as de seu processo de formação e das circunstâncias nas quais foram inseridas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Perfil das mulheres, prevalência de violência e consequências para a saúde

Os resultados obtidos provocaram profundas reflexões e discussões sobre a violência contra as mulheres universitárias da área da saúde.

Estudar os afetos de mulheres que sofreram violência em seu período de formação torna-se relevante, pois essas mesmas mulheres também podem vir a atender outras que podem ter passado por circunstâncias semelhantes. Para Zanatta et al. (2018), o ambiente universitário facilita reflexões sobre o tema violência, pois quando o assunto está no contexto de formação, torna-se natural refletir sobre temas que constituirão a visão de mundo, autonomia e subjetividade das universitárias. Além do fato de que ao estarem imersas neste contexto, terão contato direto com as possíveis manifestações da violência, em diferentes ambientes que as cercam, seja na sociedade, seja nas famílias, confirmando assim a importância desta investigação no ambiente universitário.

Dos resultados obtidos com a mensuração dos dados do questionário foi possível observar que de acordo com os dados que compõem os itens sociodemográficos, ocupacionais e financeiros, houve a prevalência de mulheres heterossexuais, com idades entre 18 e 25 anos que namoravam, mas não moravam com seus parceiros, majoritariamente brancas, predominantemente residentes no Vale do Paraíba, com renda menor que um salário mínimo e dependentes economicamente.

Isto mostra que a violência contra as mulheres envolve também as jovens, informadas sobre as questões de violência devido a integrarem um curso superior, que têm acesso a cursos em instituições privadas e são brancas. Estes dados são compatíveis com os do Mapa da Violência que mostram que este tipo de violência está contido em todas as classes e estratos sociais (WAISELFISZ, 2015). Nesta

perspectiva, quando se menciona a mulher, é necessário pontuar quais mulheres estão sendo referidas e analisadas (SCOTT, 1995; SIGNORELLI et al., 2011), pois embora a maioria sofra de violência por ser mulher, algumas estão e são mais vulneráveis ao fenômeno do que outras. Talvez o fato de serem dependentes economicamente interfira nas suas possibilidades de emancipação e autonomia. Neste caso, se deve usar o termo “mulheres” e não apenas “mulher” (SIGNORELLI et al., 2011).

Sobre os tipos de violências que sofreram, a psicológica aparece com porcentagem significativa, independentemente de quem são os autores. Apontou-se que 84,88% das mulheres afirmaram que sofreram algum dano psicológico, tiveram desenvolvimento prejudicado ou privação decorrente da violência. A porcentagem de mulheres que foram criticadas pela sua maneira de vestir apontam que 78,4% já receberam críticas. Como alvo de calúnias e fofocas, 78,71% indicaram que sim. Mais da metade destas mulheres, 60,8% indicaram que foram agredidas verbalmente em público; 64,51% disseram que sofreram algum tipo de preconceito e quase a metade, 49,08% foram privadas de sua liberdade em algum momento de suas vidas; 69,44% indicaram que se sentiram pressionadas a fazer algo que não queriam e 51,86% foram impedidas de se expressar.

Quando a violência psicológica é realizada pela condição de gênero, as mulheres identificaram ter sofrido algum dano psicológico, tido o desenvolvimento prejudicado ou privação decorrente da violência. Sendo que 59,88% indicaram que às vezes, ou seja, já sofreram pelo menos alguma vez e 8,33% sempre. Em outras palavras, 68,21%, que configura a maioria das universitárias, já sofreu ou sofre algum tipo de violência que provocou danos psicológicos. Em relação à porcentagem de mulheres que sofreram violência pelo fato de serem mulheres, 65,13% indicaram que sim. Isso mostra que a maioria das mulheres considera ter sofrido violência pelo simples fato de serem mulheres. Com referência à algum tipo de preconceito, 64,51% das mulheres disse que foram vítimas; já a porcentagem relativa às mulheres com opiniões consideradas relevantes, 63,27% das pesquisadas apontou que suas opiniões foram consideradas relevantes somente às vezes e 26,86% nunca. A porcentagem de mulheres que perderam algum patrimônio ou bem por serem mulheres, 88,58% indicaram nunca, 10,80% às vezes e 0,62% sempre. De acordo com as autoras Teles e Melo (2002) a violência de sexo/gênero é uma das formas mais graves de discriminação, pois é considerada uma violação dos direitos humanos

e da liberdade essencial a vida e quando inserida na vida de uma mulher, impede-a de exercer seu direito de ir e vir e de se posicionar perante sua própria vida de forma autônoma, influenciando também nos seus desejos, opiniões, sendo estes direitos básicos do ser humano, independentemente de seu sexo/gênero. Sendo assim, apesar de não ser praticada de forma direta pelos agentes do Estado, é considerada uma forte violação dos direitos humanos desde a Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada em Viena (Áustria) em 1993, pois cabe ao Estado garantir a segurança pública, inclusive da população feminina. É um fenômeno que atinge mulheres independente das suas classes sociais, grupos étnicos, posições econômicas e profissionais.

Os dados acima corroboram a existência da violência psicológica na vida das mulheres universitárias. Cavalcanti (2006) conceitua a violência psicológica, como a ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhações, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, a autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.

Quando a violência psicológica é realizada por parceiro íntimo, 33,95% das mulheres indicaram que sim. As mulheres que já foram debochadas ou ridicularizadas por seus companheiros, quase a metade, 45,37%, indicaram afirmativamente. A porcentagem de mulheres que perderam algum patrimônio ou bem por causa do seu relacionamento íntimo, 12,35% indicaram a ocorrência. Entende-se que o baixo percentual nesse item, dá-se pelo perfil sociodemográfico e a relação de dependência financeira das mulheres pesquisadas. No que se refere a porcentagem de mulheres que foram impedidas de visitar algum parente ou conhecido pela vontade de seus companheiros, houve índice de 40,43%. A porcentagem de mulheres que deixaram de ir a algum lugar pela vontade de seus companheiros chegou a 53,09%. Mulheres que já foram agredidas moralmente pelo companheiro quando estavam a sós, 37,97% disseram que sim. Observa-se que estes índices são elevados e maiores em relação e na comparação a serem cometidos por uma pessoa estranha do que por parceiro íntimo. Ao se comparar o primeiro bloco de dados do primeiro parágrafo desta discussão com os de parceiro íntimo, estes últimos aumentam. Para Teles e Melo (2002) a violência entre parceiros íntimos, independentemente se a violência ocorre entre conjugues (marido e mulher), que estejam em união estável ou em outros tipos

de relações afetivas como namorados ou noivos, incluindo também ex-cônjuges ou ex-conviventes são recorrências na vida das mulheres.

Para Frugoli e Furquim (2019), a violência psicológica pode criar nas mulheres, sentimentos de culpabilização pelo fenômeno porque estas mulheres trazem a si mesmas a responsabilidade pela tensão do parceiro, pois elas de alguma forma não conseguiram fazer com que o relacionamento fosse satisfatório. Para as autoras, nestes períodos, as mulheres também têm medo do abandono do parceiro porque apreenderam subjetivamente a necessidade do relacionamento íntimo e a dependência e submissão aos homens. Diante disso, a mulher experimenta uma série de sentimentos e afetos conflitivos, período este que o prejuízo psicológico se faz mais evidente.

Um tipo de violência acometida sobre as mulheres nos tempos atuais se enquadra como violência contra honra *online* que também traz consequências psicológicas. Em relação à porcentagem de mulheres que tiveram suas vidas e/ou assuntos íntimos expostos em público, 54,01% apontaram que sim; as que tiveram suas fotos expostas em redes sociais, 93,21% indicam nunca, 6,17% às vezes e 0,62% sempre; as mulheres que foram chantageadas com vídeos ou fotos íntimas expostas em redes sociais, 90,12% indicaram nunca, 9,26% às vezes e 0,62% sempre. De acordo com o Mapa da Violência Contra Mulher (2018), apesar da visão desatualizada a respeito de crimes contra honra, esta não mais está ligada somente ao ponto de vista cultural; honra é um direito subjetivo, que garante que todo ser humano deve ter sua imagem preservada, além da reputação ilibada. Segundo o Código Penal Brasileiro crimes contra honra são divididos em três categorias, 1. Calúnia (art. 138) quando se acusa alguém por um crime de maneira pública, 2. Difamação (art. 139) ocorre quando se acusa alguém por um ato desonroso, e 3. Injúria (art. 140) é basicamente uma difamação que os outros não ouviram; significa dizer para um sujeito algo que esse sujeito considere prejudicial. Devido ao grande avanço tecnológico e ao amplo acesso às redes sociais, o *bullying* que já era conhecido na vida real, agora está se tornando cada vez mais comum também na internet, chamado de *Cyberbullying*, que é caracterizado por comportamentos de agressão e violação da honra das pessoas, não sendo visto somente em redes sociais, mas em toda plataforma *online*. E foi a partir do *Cyberbullying* que surgiu o termo “*revenge porn*” (vingança pornô em tradução livre para o português), caracterizado pelo envio de fotos íntimas sem consentimento da vítima, a fim de expor

companheiros ou ex-companheiros normalmente após o fim do relacionamento. É considerado um crime muito grave, que tem levado diversas jovens a terem depressão e até mesmo cometerem suicídio. (BRASIL, 2018).

Outros tipos de violência apresentaram índices menores que os descritos anteriormente.

Sobre a violência física na vida das mulheres universitárias, os dados mostram que 83,64% indicaram nunca terem sido vítimas 15,12% às vezes e 1,23% sempre. Segundo Cavalcanti (2006) há violência física quando ocorre acometimento sobre o corpo da mulher por meio de tapas, chutes, golpes, queimaduras, mordeduras, estrangulamentos, punhaladas, mutilação genital, tortura, assassinato. Interessante notar que a violência física não aparece como dado quantificável significativo nesta população.

Sobre a violência doméstica, obteve-se 15,13% das participantes que indicaram ter sofrido. Apesar do baixo índice levantado pela pesquisa, entende-se que há ou houve violência doméstica na vida das universitárias, pois de acordo com Cavalcanti (2006), a violência doméstica e familiar é a ação ou omissão que ocorre no espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas. É aquela praticada por membros de uma mesma família, aqui entendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços sanguíneos (naturais), por afinidade ou vontade expressa. Além disso, a violência doméstica está presente nas diversas classes e estratos sociais (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020).

Sobre a violência patrimonial, demonstrou-se que a porcentagem de mulheres que perderam algum patrimônio ou bem por causa do seu relacionamento íntimo, 87,65% indicaram que nunca perderam, 11,42% às vezes, e 0,93% sempre. Em relação à porcentagem de mulheres que perderam algum patrimônio ou bem por serem mulheres, 88,58% indicaram que nunca, 10,80% às vezes e 0,62% sempre. Segundo Teles e Melo (2002) a violência patrimonial é aquela onde se faz uso indevido de bens materiais de uma pessoa que provoque danos, perdas, destruição, retenção de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores econômicos entre outros.

Das violências ocorridas com as mulheres universitárias participantes da pesquisa, evidenciaram-se algumas como prevalentes. Destas, a violência de gênero e a praticada por parceiro íntimo (namorado, companheiro, marido) ou ex-parceiros,

sobretudo as que envolvem violência psicológica, foram as mais indicadas. Quanto ao tipo de violência psicológica, prevaleceu a difamação, calúnia e injúria, o deboche, negligência e desmerecimento, além de privação e restrição de liberdade de ir e vir, de usar determinadas vestimentas, de praticar certos comportamentos e exposição de intimidade foram as mais indicadas, sendo que se detectou também a ocorrência de violência física e patrimonial com menor prevalência.

Os episódios de violência que afetaram negativamente a saúde física das mulheres pesquisadas, a partir do ponto de vista quantitativo, foram referentes à tensão ou estresse para 83,1% das mulheres; 49,2% reclamaram de excesso ou falta de apetite e mudanças alimentares; 49,2% citaram alterações no ritmo e conteúdo do sono; já 45% das mulheres relataram alterações no desejo sexual e 42% mudanças no sistema reprodutivo; 28,6% delas apresentaram problemas gástricos (úlceras, gastrites, vômitos) e 25,4% dores corporais diversas; 17,5 % tiveram necessidade de uso de álcool e drogas; 15,3% mostraram problemas alérgicos (tosse, gripes, resfriados), enquanto 13,8% citaram disfunções sexuais; 12,7% apresentaram marcas corporais, inchaços e hematomas; 11,6% das mulheres entrevistadas citaram ainda outras consequências, como desconfortos e alterações percebidas na saúde física, além de 9,5% que reclamaram de feridas e cortes provocados pela violência e de danos em órgãos internos para 3,7% delas, seguido de 1,6% que apontaram quebra de ossos, entorses e luxações.

Já os reflexos negativos para a saúde afetiva e comportamental mais presentes nas situações de violência do ponto de vista quantitativo foram referentes à baixa autoestima para 61% das mulheres, seguido de ansiedade, 60% e de tristeza, 57%, além da falta de confiança em si-mesma para 47,6%, medo e choro frequente para 47,1%, além de vergonha e vontade de ficar sozinha para 46,2%. Já para 45,2% das mulheres, ocorreu falta de confiança nos outros e desânimo; irritação para 42,9% e sentimento de humilhação para 43,3% das mulheres entrevistadas, seguidos de sentimentos de raiva para 42,4%, de ódio para 24,3% e de agressividade para 20%. O sentimento de responsabilidade pela situação afetou 40,5% e de impotência, 39%; o desejo de fugir atingiu 40% delas, seguido da vontade de desaparecer para 39,5% e de separar-se para 35,2%; o sentimento de perda de controle da própria vida foi relatado por 33,8% delas e a preocupação constante afetou 33,3%, além da solidão para 31,9%; sentiram-se desmotivadas e sem autonomia, 31% das mulheres, e as que relataram sentimento de dependência e de isolamento foram 29,5%. As que

tiveram vontade de reorganizar a vida foram 28,6% e as que demonstraram depressão e sentimentos de desesperança ficaram em 28,1%, seguido de abandono, 27,1%; a vontade de fazer mal a si mesma e o medo de frequentar os lugares atingiram 21,4% das mulheres e a vontade de fazer mal à pessoa autora da violência ficou em 17,6%; além disso, o sentimento que a vida não merece ser vivida somou 17,6%, seguido do desejo de vingança para 17,1% e da desmotivação para o trabalho para 16,7%. A vontade de suicidar-se foi relatada em 16,2% dos casos e a de não ficar sozinha, em 15,2%. As mudanças drásticas no estilo de vida ocorreram para 13,3% das mulheres e a falta de confiança na justiça divina e nas leis para 11,9% delas; foram impulsionadas a mudar de vida 11,4% delas; apresentaram também sentimentos conflitantes de plenitude, animação, prazer, empolgação e diversão 4,9% das mulheres.

5.2 Afetos presentes nas situações de violência contra as mulheres: sofrimento, angústia, desespero

Por meio do instrumento qualitativo, a entrevista semiestruturada, pode-se aprofundar os dados de conhecimento sobre o fenômeno. Durante as entrevistas, houve relatos de abuso sexual (estupro), violência física e maus tratos e episódios frequentes de violência psicológica e moral, tais como xingamentos, grosserias, deboche, menosprezo e negligência, além de rejeição e constrangimento, que foram frequentes. Além disso, as mulheres foram proibidas de sair com amigos, de usarem determinadas roupas, foram ignoradas, desprezadas, desconsideradas e rejeitadas.

As participantes relataram que após as situações de violência, apresentaram profunda diminuição da autoestima, falta de confiança em si e no outro, desinteresse por novos relacionamentos, ansiedade exagerada, medo, vergonha, culpa, sensação de injustiça e impotência, perda ou aumento do apetite, insônia e pesadelos frequentes, tristeza e depressão, além de angústia, desespero e sofrimento, uma espécie de “vazio da alma”.

A análise dos dados quantitativos (questionário *on-line*) e qualitativos (entrevista semiestruturada) apurados na pesquisa, revelaram os índices de violência, seja física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial, que acometeram as mulheres universitárias participantes. Os dados apontam que a violência contra as mulheres é um fenômeno construído socialmente, sendo comum em diversas culturas, baseado em um determinismo biológico que as coloca numa posição de mero objeto, como

propriedade do homem, evidenciando uma relação assimétrica de poder e de profunda desigualdade, pois nessa relação as mulheres normalmente são desconsideradas, desrespeitadas e negligenciadas (FRUGOLI et al., 2019).

Historicamente a mulher foi, e ainda é, em vários aspectos oprimida e desconsiderada, constantemente pressionada a se submeter aos desejos de uma sociedade machista e patriarcal, que não a considera como um sujeito de direitos, detentora de suas próprias vontades (SANTOS et al., 2019).

A pesquisa demonstrou também que alguns tipos de violência foram prevalentes, como a violência de gênero e a praticada por parceiro íntimo (namorado, companheiro, marido) ou ex-parceiros, mas também aquelas praticadas por algum membro da família (pai, padrasto, avô, outros homens que conviviam com a família) sobretudo as que envolveram violência psicológica e moral, como o deboche, a negligência, o constrangimento e a desvalorização.

Os dados levantados no decorrer da pesquisa demonstraram a real necessidade e a urgência de se dar espaço de fala para essas mulheres que, como qualquer sujeito de direito, precisam ser atendidas em suas necessidades e reivindicações, algumas delas já asseguradas em leis.

Silva (2017) aponta que é importante dar voz à população feminina, pois ao se permitir que elas falem sobre as situações de violência vivenciadas, compreender-se-á a pluralidade subjetiva presente nas complexas e intrincadas redes de influências que se formam e se manifestam no contexto da violência.

A pesquisa, na etapa de coleta de dados qualitativos com as entrevistas semiestruturadas, conseguiu também dar voz e espaço de fala às mulheres participantes, para compartilhar suas experiências e relatar os afetos oriundos do fenômeno da violência, com uma escuta atenta e imparcial, respeitosa e acolhedora, própria da abordagem humanista existencial, que propiciou às participantes a oportunidade de expressar suas subjetividades e sentimentos conflitivos.

Para isso, cada uma das 16 participantes das entrevistas recebeu uma “voz” e através dessas “vozes” foi possível conhecer e compreender os sentimentos de angústia e desespero, medo e vergonha, dentre outros, relatados pelas mulheres participantes da pesquisa.

O relato da “Voz 1” descreveu um relacionamento tóxico e abusivo, caracterizado pela violência psicológica e moral, que incluía xingamentos, proibições, extremo controle, agressões verbais, menosprezo, indiferença e abandono. Essas

violências provocaram pensamentos de ideação suicida, vergonha, medo profundo, baixa autoestima, ansiedade, episódios depressivos, dificuldade de novos relacionamentos e falta de confiança nos homens. As mulheres vitimadas têm dificuldade em confiar no sexo oposto e têm medo de se envolver emocionalmente; também demonstram menor satisfação nos relacionamentos, menor grau de confiança em seus parceiros e apresentam ainda falta de envolvimento emocional e distanciamento social (FREITAS; FARINELLI, 2016). O relato terminou apontando que a violência afeta todos os aspectos da vida de quem sofre.

O relato da “Voz 2” apontou que no relacionamento caracterizado pela violência sexual, ocorria pressão para se manter as relações sexuais, com recorrente desrespeito ao tempo e a vontade da mulher. Houve também abuso de outros membros da família (do patriarca), e esse comportamento era visto com certa naturalidade pelos demais familiares. Ocorreu também violência psicológica e moral, com piadas ofensivas e constrangedoras, deboche e menosprezo, o que provocou sentimentos de desconsideração e repressão, que tira da mulher o seu lugar de fala e a posiciona como vítima do machismo enraizado na cultura. Como consequência, desenvolveu-se um profundo medo, fobia e rigidez, além de uma mudança na forma de se vestir, para não ser alvo de assédio e atenção dos homens. O relato foi concluído apontando que no âmbito escolar, devido à competição entre homens e mulheres, foi rotulada, criticada e julgada. O estudo de Moreno-Cubillos et al. (2013) demonstrou que as mulheres relataram eventos de discriminação sofridos na universidade, caracterizados por provocações e gestos de agressão psicológica e verbal, além de abuso de autoridade.

O relato da “Voz 3” apontou dificuldades no casamento, caracterizado por episódios de violência psicológica, moral e patrimonial, pois houve exploração financeira, além de episódios frequentes ridicularização, desmerecimento e falta de apoio. A participante sentia-se abandonada, julgada e carregando um enorme sentimento de culpa. Isso provocou impactos na autoestima, trazendo uma sensação de impotência, de esvaziamento da alma e da vida. De acordo com Siqueira e Rocha (2019, p.12), “a violência psicológica é a forma mais pessoal de agressão contra a mulher, sendo que as palavras têm um forte poder para ferir, fragilizar e impactar sua autoestima”.

O relato da “Voz 4” apontou aspectos da violência psicológica e moral, no qual a participante era criticada por seu desempenho sexual, que não satisfazia as

exigências do parceiro. Era frequentemente julgada, rotulada como ignorante e mentirosa, era menosprezada e caluniada, agredida com xingamentos e palavras ofensivas. Essa violência provocou tristeza e mágoa profunda, uma sensação de culpa, de inutilidade e de ser uma pessoa desprezível e sem valor. De acordo com Souza e Cassab (2010), a violência psicológica pode ser considerada como a mais perversa de todas, por causa das marcas profundas que deixa, e que podem perdurar por muito tempo ou por toda a vida.

O relato da “Voz 5” apontou aspectos de violência moral e psicológica, em relacionamentos que sempre foram permeados por ciúmes em exagero e, por essa razão, o uso do celular era controlado, as ações eram questionadas, e as chamadas eram verificadas. Todavia isso não era considerado abusivo, pois não era percebido como violência. A percepção da violência pode demorar a acontecer e está associada ao se notar o excesso da ação; normalmente é sentida quando os limites estabelecidos pelo social, cultural, histórico e/ou subjetivo são ultrapassados (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). Como consequência, ocorreu profunda tristeza, sentimento de inferiorização, culpa e medo de ficar sozinha com homens.

O relato da “Voz 6” demonstrou casos de violência moral e psicológica caracterizada por xingamentos, termos grosseiros, comparações infundadas, submissão a situações constrangedoras na presença de estranhos e de amigos, o que provocou sentimentos de inferiorização, culpa e medo, além de frequente sensação de desmerecimento e vergonha, que afetou duramente a autoestima. Houve também a ocorrência de depressão proveniente de um enorme sentimento de culpa. A violência também afeta profundamente a saúde mental das mulheres, ocasionando irritabilidade, diminuição da autoestima, insegurança profissional, tristeza, solidão, raiva, falta de motivação e dificuldades nos relacionamentos (SILVA et al., 2017).

O relato da “Voz 7” apontou aspectos de violência psicológica e moral, num relacionamento extremamente controlador, no qual a participante era obrigada a mudar de roupa e a tirar o batom. Houve também violência física, quando as mãos eram apertadas com força, quando recebia socos na barriga e apertos nos braços e era pressionava contra a parede. Sofreu também violência sexual pois era obrigada a manter relações com o namorado. Tais episódios provocaram medo profundo, insegurança e culpa, além de choro compulsivo, falta de apetite e de sono, e de discernimento do que era certo ou errado; a confiança nas pessoas também foi perdida. Para aliviar a dor e o sofrimento, praticou a automutilação. O namorado não

foi denunciado por medo de represália, do julgamento e da desconsideração. Estudos diversos mostram que a mulher continua em situação de agressão por medo de ser mal vista pela sociedade, como se o homem fosse o único a ter direito de escolha e decisão em uma relação, já a mulher é vista como frágil e incapaz de seguir sua vida sem a orientação de uma figura masculina (SIQUEIRA; ROCHA, 2019). Não houve percepção dos indícios da violência, segundo a participante, normalmente as coisas erradas nos relacionamentos são naturalizadas. Foi colocado que as meninas crescem esperando um príncipe encantado e os meninos são educados para serem conquistadores e machistas e isso é valorizado. Para eles, trair é normal, mas a traição atinge demais as mulheres.

O relato da “Voz 8” apontou características de violência psicológica e moral ao ser chamada por termos chulos e palavras de baixo calão. A participante disse ter uma percepção do olhar malicioso dos homens, que provocava nela constrangimento, profundo desconforto, incômodo, tristeza, mal estar e uma enorme indignação. Com isso, sentia-se retraída, calada, desrespeitada, com medo de tudo, inclusive de andar nas ruas e de ficar sozinha. Apontou não ser um objeto, mas um ser humano que merece consideração. “Todos os tipos de violência trazem algum prejuízo ou dano à saúde da mulher, seja cognitivo, físico, mental, ou outro dano qualquer que traga sofrimento para a vida da mulher” (SILVA et al., 2017, p.3058).

O relato da “Voz 9” demonstrou a ocorrência de violência física e sexual, pela ocorrência de estupro. Recebeu apoio da família e os cuidados médicos necessários, todavia, não conseguiu fazer a denúncia, apesar de ter tentado algumas vezes. O fato fez com que perdesse a confiança nas pessoas, o que afetou seus relacionamentos; teve o desempenho sexual afetado, crises de pânico e ansiedade quando um homem se aproximava, *flash backs*, pesadelos e insônia. Salientou que a violência está enraizada na sociedade pela cultura machista, pois as pessoas que sabiam da violência, disseram não ter percebido nada. Arrependeu-se de não ter denunciado, pois sua vida mudou, mas a do agressor não. Segundo Trigueiro et al. (2017) “as mulheres que vivenciaram a violência sexual tiveram o seu cotidiano modificado em razão do medo decorrente da agressão sofrida” (p.3). O impacto desse tipo de violência ultrapassa o aspecto físico e atinge diretamente o emocional, provocando sofrimento psíquico que reflete negativamente no desempenho das atividades do dia a dia, como também nas relações intersubjetivas.

O relato da “Voz 10” apontou a ocorrência de violência moral e psicológica, com episódios de desmerecimento, xingamentos, desconsideração, desrespeito e abandono, pois suas mensagens não eram respondidas e suas necessidades não eram consideradas. Sentia-se culpada por esperar do namorado afeto e cuidado; demonstrou profunda mágoa com o comportamento agressivo que sempre recebeu. Não consegue definir e falar sobre o que sente, mas sabe que a dor permanece dentro de si, prejudicando-a. A relação violenta torna-se uma verdadeira prisão. Isso ocorre porque o próprio gênero delimita e legitima os papéis sociais, nos quais o homem deve agredir, para dominar a situação e a mulher deve suportar as agressões, porque esse é o seu "destino" (SAFFIOTI, 1999).

O relato da “Voz 11” constatou a presença de violência moral e psicológica, com uso constante de palavras ofensivas e agressivas como “vagabunda”, “vadia” e outros termos chulos (palavrões) que provocaram menosprezo e humilhação; a participante também foi caçoada em brincadeiras, suas fotos eram mostradas sem autorização e ao reclamar da situação, foi estapeada no rosto. Muitos homens chamam as mulheres por termos agressivos como “cadela”, “prostituta”, “vagabunda” e diversas outras denominações. Desse modo, a mulher começa a se ver da forma que o agressor a descreve, provocando nela a perda do amor próprio e da autoestima, vindo a se considerar a pior mulher do mundo e que ninguém seria capaz de gostar dela (SOUZA; CASSAB, 2010). Os episódios de violência vivenciados trouxeram sentimentos de ameaça, pavor e medo, além da dificuldade de manter outros relacionamentos. Isso afetou a autoestima, e escancarou a vergonha e a impotência frente aos problemas.

O relato da “Voz 12” trouxe episódios de violência psicológica e moral, em um relacionamento pontuado pelo comportamento manipulador do namorado; a participante sentia-se como um objeto usado para obter alguma vantagem. Disse ter sofrido violência física e psicológica desde pequena, pelo pai, pelo padrasto e por outros homens da família. A violência é quase sempre praticada por homens da família que exercem relações de poder sobre as vítimas e “ao serem protegidos pelos laços afetivos, podem levar ao extremo as relações de dominação, originadas na cultura patriarcal que ainda se perpetua” (MADUREIRA, et al., 2014, p.601). Foi profundamente desconsiderada e negligenciada; apanhou, foi castigada, maltratada e desrespeitada em suas necessidades.

O relato da “Voz 13” apontou um relacionamento abusivo, caracterizado pela violência psicológica, proveniente de um namorado possessivo e controlador que a proibia de falar com os amigos. A percepção do abuso demorou a acontecer, pois considerava o ciúme exagerado como normal nos relacionamentos. Segundo Zanatta et al. (2018), a naturalização da violência e a pouca discussão sobre ela dificultam seu entendimento, pois os conflitos, muitas vezes, não são entendidos como violência e por não se apresentarem de maneira tão clara, torna-se difícil sua identificação. Também houve violência física, pois o namorado fazia marcas em determinadas partes do seu corpo, para evitar que ela usasse roupas curtas ou decotadas. Sentia-se vigiada, cerceada, com medo e culpa; afastou-se dos amigos, vivendo numa “bolha de solidão”.

O relato da “Voz 14” apontou abuso sexual e pressão psicológica, além da chamada “*revenge porn*” (vingança pornô em tradução livre para o português), pois o namorado havia filmado as relações sexuais que mantiveram e ameaçava divulgá-las, além de outras fotos e vídeos íntimos. Essa prática é caracterizada pelo envio de fotos íntimas sem consentimento da vítima, a fim de expor companheiros ou ex-companheiros normalmente após o fim do relacionamento. É considerado um crime muito grave, que tem levado diversas jovens a terem depressão e até mesmo cometerem suicídio (BRASIL, 2018). Tais fatos provocaram crises de ansiedade e de choro, além de ideação suicida, medo, angústia e sensação de vulnerabilidade. Apontou que acredita ser necessário ensinar as mulheres a se protegerem, pois elas são julgadas, criticadas e desrespeitadas, ficam fragilizadas. Chegou a denunciar o abuso de um professor e foi rejeitada na escola.

O relato da “Voz 15” apontou um relacionamento abusivo, no qual o namorado era extremamente controlador, impedindo a participante de usar brincos e de mudar o cabelo. As ações violentas tratam a mulher como “objeto” e não como “sujeito”, que acaba silenciada e dependente, numa atitude passiva. Assim, a mulher perde a autonomia, a liberdade, a capacidade para pensar, querer, sentir e, efetivamente, agir (SANTOS; IZUMINO, 2011). Quando percebeu a violência, não pediu ajuda de ninguém porque era chantageada pelo namorado. Foi traída, mas ele dizia que a traia por seu comportamento inadequado. Muito tempo se passou, mas ainda sente medo em relacionar-se, não tem autoconfiança; apresenta baixa autoestima e desenvolveu um processo depressivo que durou 1 ano.

O relato da “Voz 16” apresentou abuso de poder de um colega de sala. “Os conceitos de gênero e poder estruturam e mantêm a posição de domínio dos homens sobre as mulheres” (LIMA; BUCHELE, 2011, p.725). A participante era constantemente julgada, ofendida e desconsiderada ao executar suas atividades. O nível de estresse provocado pela situação de abuso, ocasionou problemas físicos e emocionais, levando-a a mudar o comportamento nos relacionamentos sociais, dificuldade de absorver conteúdos na faculdade, além de regressão na fala e na memória. Disse que o comportamento irresponsável de um colega lhe trouxe consequências graves.

Os 16 relatos apontaram a ocorrência de violência psicológica, sendo o tipo prevalente nessa pesquisa e os dados revelados corroboram a literatura disponível sobre o tema, que apontam a violência psicológica como a mais sutil e a mais perversa de todas.

Sobre isso, Frugoli e Furquim (2019), apontam que a violência psicológica pode provocar sentimentos de culpabilização nas mulheres, pelo fato delas trazerem para si mesmas a responsabilidade pela tensão do parceiro, acreditando que, por alguma razão, elas não conseguiram construir um relacionamento que fosse, pelo menos, satisfatório. As mulheres também se sentem dependentes e submissas aos homens, o que as leva a experimentar sentimentos e afetos conflitivos, que lhes traz um prejuízo psicológico muito grande.

Diante desses dados, questiona-se a razão que mantém essas mulheres presas a relacionamentos tão violentos e destrutivos. No estudo de Souza e Cassab (2010), tal resposta pode envolver muitos motivos. Primeiro, a mulher não percebe ou não sabe que está vivenciando uma relação de violência, e naturaliza tal condição. As atitudes rudes são tão sutis, que a agressão psicológica nem é percebida, pois quando os abusos vão se tornando mais frequentes, a mulher considera tudo normal, acreditando que ela não está fazendo as coisas da maneira correta. “Quando consegue compreender o que realmente se sucede, pode ser tarde demais, pois já se encontra com severas sequelas pelo abuso contínuo, sofrido por anos de sua vida” (SOUZA; CASSAB, 2010, p.44).

Os relatos foram feitos por universitárias, pertencentes a uma classe social considerada privilegiada na estrutura social vigente e, mesmo assim, sofreram violência. Na análise de Silva et al. (2017), as mulheres com nível superior e com habitação própria, também sofrem ameaças, espancamentos, torturas e muitas vezes

são abusadas sexualmente pelos seus parceiros, do mesmo nível social, econômico e cultural ao qual elas pertencem.

As consequências para a saúde física e psíquica oriundas da violência contra as mulheres é notória, gritante e assustadora. Em seus relatos, destacam-se sentimentos e emoções relativas ao medo e a angústia.

Segundo apontado pelos teóricos humanistas existenciais, a angústia se difere do medo, pois ela não ocorre diante de algo determinado, mas diante de uma possibilidade, antecedendo um dos momentos mais cruciais da vida humana: o momento da escolha. As mulheres vitimadas precisavam escolher entre manter ou romper o relacionamento, denunciar ou não o agressor, permanecer ou não no local da violência que, segundo as pesquisas, ocorre na maioria das vezes na residência do casal, escolher ficar na família de cujos familiares recebeu a violência, seja do companheiro, do pai, padrasto, irmão, ou avô; escolher romper ou manter uma amizade, pois a violência veio do pai da melhor amiga, ou ainda, escolher entre atender os pedidos do companheiro, dizendo que mudará ou da família, dizendo que ele nunca mudará e, por fim, escolher entre dar um basta ou se manter no ciclo nocivo da violência pois não há forças e nem sentido para agir. Enquanto a escolha não é feita, a inocência que a precede dá lugar à culpa, um dos sentimentos mais relatados pelas mulheres, impossibilitando-as de agir como seres completos, indivisíveis e dinâmicos, que sentem, pensam e têm desejos; apresentam-se como seres fragmentados, fragilizados e impossibilitados de dar o salto para a liberdade, sentimento próprio de quem conseguiu escolher.

Relatam desespero porque vivem a ilusão do “eu”, ignorando sua incompletude e o eterno processo de “fazer-se” e “formar-se”. Se desesperam por viverem isoladas, distanciadas do mundo e de todos, obrigadas, pelas circunstâncias, a se afastarem da família, dos amigos, dos cuidados. Desesperam-se frente à falta de apoio e consideração, frente ao descrédito e ao menosprezo decorrentes das situações de violência.

O sofrimento é uma outra experiência humana que não pode ser desvinculada da relação com o mundo, das vivências singulares de cada um. Não há como compreendê-lo de forma compartimentada, dividida, parcial. Uma das maiores manifestações de sofrimento é a depressão, que foi relatada pela maioria das mulheres entrevistadas. A depressão é caracterizada pelo reviver mental dos momentos traumáticos que não cedem, mesmo diante da passagem do tempo e da

vivência de outras experiências; a prisão ao passado se mantém, intensificando o sofrimento e afastando ainda mais as mulheres de uma vida autêntica e saudável.

O desespero e a angústia são manifestações do sofrimento inerentes à condição humana. O desespero é próprio do homem em sua relação consigo mesmo, enquanto a angústia ocorre na sua relação com o mundo. Kierkegaard propõe a fé para enfrentar o sofrimento, mas como encontrá-la após episódios de violência e da falta de sentido que se impõe à vida das mulheres vitimadas? A dificuldade, a desesperança, a falta de confiança em si e nos outros, a falta de perspectiva de vida relatadas nas entrevistas, impedem a identificação de saídas viáveis para se eliminar a “doença da alma” – o desespero.

O sofrimento psíquico que acometeu essas mulheres, expressado por uma ampla diversidade de sintomas físicos e emocionais, como insônia, falta de apetite, falta de energia, pânico e depressão, produziram elevadas limitações na vida e nas atividades rotineiras pessoais e profissionais dessas mulheres, bem como nos relacionamentos sociais e afetivos.

Fica claro, portanto, que “o sofrimento é uma experiência constituída em um contexto histórico, social, cultural, a partir de uma situação e é vivido de forma subjetiva [...] tem um papel ativo na experiência “(MELO et al., 2015, p.56).

Os dados apurados demonstram que realizar uma investigação a partir da visão das mulheres que sofrem ou sofreram violências pode contribuir para compreensão do fenômeno, pois atualmente, somente a punição prevista em lei, a criação de medidas protetivas e demais ferramentas que pretendem auxiliar as mulheres em situação de violência ainda se mostram insuficientes para o enfrentamento adequado do problema. Conhecer a realidade, identificando-a, descrevendo-a e analisando-a, possibilita criar subsídios e intervenções para seu enfrentamento, função fundamental das produções acadêmicas e compromisso da área da Psicologia, como também de toda área da saúde.

Diversos teóricos (KRUG et al., 2002; WHO/OMS, 2010; SOUZA; CINTRA, 2018) apontam que a violência contra mulher se tornou um problema de saúde pública e que suas consequências podem ser sentidas e experimentadas durante décadas, não só na vida das mulheres como também na de pessoas mais próximas, como filhos, familiares e amigos. Dados da pesquisa demonstraram claramente as consequências físicas e mentais provocadas pelos atos violentos sofridos pelas mulheres, sendo que 87% das participantes perceberam diferenças no seu

comportamento e 75% afirmaram que após as situações de violência a saúde também foi afetada.

Portanto, os dados acima apresentados comprovam a premissa apontada pela Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO, 2010) de que a violência contra as mulheres ultrapassa marcas físicas, violando o direito mais básico do ser humano de viver em condições dignas e ter seus direitos preservados. Ações de violência não abrangem apenas a motivações de cunhos pessoais, associa-se a desdobramentos na saúde e na segurança pública, envolvendo conceitos que estão representados na coletividade.

Isto corrobora os dados da literatura que indicam que a violência contra as mulheres está presente nos variados níveis de escolaridade, demonstra ser um problema coletivo grave e complexo por envolver questões culturais que produzem subjetividades e sustentam distorções profundas de compreensão do fenômeno, pois em muitos casos, as mulheres demoram a perceber atos de violência dos seus parceiros e permanecem presas a relacionamentos abusivos durante muito tempo.

O principal resultado foi identificar quais são os agravos diretos das situações de violência nas universitárias a fim de divulgar os resultados e estimular a supervisão e o monitoramento deste fenômeno: aos serviços da rede de atendimento especializada em mulheres que vivenciam situações de violência; junto às atividades acadêmicas e aos responsáveis pelo bem-estar discente nas instituições de ensino superior; estimular a diminuição e reflexão da exposição das participantes aos agravos deste fenômeno; desenvolver projetos de extensão condizentes com a realidade deste fenômeno; auxiliar e sensibilizar as (e os) acadêmicas (os) na relevância do problema junto ao exercício profissional; e, auxiliar com dados fidedignos as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como pergunta norteadora o modo como se manifestaram o sofrimento, a angústia e o desespero de mulheres universitárias que sofreram violência de gênero e como essa violência interferiu na subjetividade dessas mulheres.

Ao se aplicar o método quantitativo usando o questionário *online* composto por 36 ¹²perguntas sociodemográficas, ocupacionais e financeiras e de situações de violência contra as mulheres, os resultados alcançados indicaram, de modo geral, que há violência contra as mulheres no papel de universitárias, ainda que essas pertençam a uma camada privilegiada da população, com acesso a uma graduação privada. Das violências ocorridas com as mulheres participantes da pesquisa, evidenciaram-se alguns tipos, dentre elas, a violência de gênero, a doméstica e por parceiro íntimo, também a violência psicológica, como difamação, calúnia e injúria, além de privação e restrição de liberdade de ir e vir, de usar determinadas vestimentas, comportamentos e exposição de intimidade. Também houve violência física e patrimonial.

Desta forma foi possível identificar o perfil destas mulheres que, em sua maioria, estão na faixa etária entre 18 e 24 anos, brancas, são heterossexuais, solteiras com namorado e dependentes economicamente na estrutura familiar. Vivenciaram algum tipo de sofrimento, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado em decorrência de serem mulheres. Ainda tiveram suas vidas expostas em público, foram criticadas na maneira de se vestirem, sofreram fofoca, calúnia e preconceito; suas opiniões foram desconsideradas, foram impedidas de se expressarem ou irem a algum lugar, como também já foram pressionadas a fazerem coisas que não queriam. Estas situações estavam presentes no relacionamento íntimo e o principal autor da violência foram homens.

Os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas demonstraram que as mulheres que sofreram violência apresentaram grande sofrimento psíquico, em episódios de profunda ansiedade, tristeza, medo, depressão, sensação de impotência, desesperança, falta de confiança em si e nos outros, angústia, desespero, falta de fé, falta de sentido, desânimo, insônia, ideações suicidas, vergonha, culpa, constrangimento, fobia, rigidez, um verdadeiro esvaziamento da alma, relatou uma das mulheres, como se estivesse “oca” por dentro.

Esses episódios de sofrimento, comprometeram sobremaneira a vida social e afetiva dessas mulheres, prejudicando suas relações, afetando sua autoestima e seus projetos de vida. Isso ficou evidente nos relatos de temor de serem julgadas, da represália que poderiam sofrer, caso denunciassem o agressor, do medo de ficarem

¹² Este número foi extraído da pesquisa maior que é composto por 52 questões

sozinhas com homens e da falta de confiança neles; o desconforto de sentirem-se meros objetos pelo olhar masculino, que desconsidera o humano que há por trás do corpo, que pensa, sente e tem desejos.

Muitos relatos apontavam a percepção da injustiça proveniente das desigualdades de gênero na sociedade, incentivando e naturalizando comportamentos masculinos agressivos, enquanto criticam, desrespeitam e desconsideram a palavra da vítima, que permanece desprotegida, ignorada e negligenciada.

A partir disso, foi possível alcançar as respostas para as perguntas da investigação proposta, em que mesmo sendo universitárias, estas mulheres sofrem violência e essa violência traz enormes consequências para a saúde física e psíquica dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, R. **Os fundamentos transcendentais da daseinsanalyse psiquiátrica de Ludwig Binswanger**. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., 20(2), p.368-381 jun., SP, 2017.
- AMARANTE, S. **Violência contra as mulheres vem crescendo no Brasil**. Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FIOCRUZ), Portal Fiocruz, março 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-vem-crescendo-no-brasil>. Acesso em 01 mai.2020.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasília, RJ, SP. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em 11 mai. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1977.
- BORIS, G.D.J.B. **A (pouco conhecida) contribuição de Brentano para as psicoterapias humanistas**. Revista da Abordagem Gestáltica, XVII (2), p.193-197, jul-dez, 2011.
- BRAGA, T.B.M.; FARINHA, M.G. **Heidegger: Em busca de sentido para a existência humana**. *Phenomenological Studies* - Revista da Abordagem Gestáltica – XXIII (1), p. 65-73, jan-abr, 2017.
- BRASIL, Câmara dos Deputados, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Brasília, DF, 2018. **Mapa da Violência Contra a Mulher 2018**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf> - Acesso em 30 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 27 set. 2020.
- BUCKINGHAM, W. et al. **O livro da Filosofia**. Tradução de Douglas Kim, Editora Globo, SP, 2011.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Editora Civilização Brasileira, RJ, 2003.
- CAMBAÚVA, L.G.; SILVA, L.C. da; FERREIRA, W. **Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia**. Estudos de Psicologia, n.3, p.207-227, 1998.
- CASIQUE, L.C.; FUREGATO, A.R.F. **Violência Contra Mulheres: Reflexões Teóricas**. Rev Latino-Am Enfermagem, n.14(6), novembro-dezembro, 2006.
- CAVALCANTI, S. V. S. de F. **Violência Doméstica: análise da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/06**. Salvador: JusPODIVM, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 2 ed. - SP, Cortez, 1998.

Conselho Nacional de Saúde (CNS) - http://conselho.saude.gov.br/plataforma_brasil acesso em 01-03-2020 (definição de Plataforma Brasil, nota de rodapé 2).

COLLING, A.M.; TEDESCHI, L.A. (Organizadores). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2ª. edição, UFGD Editora, 2019.

COSTA, B.A. da. **Daseinsanalyse e Psicoterapia no Brasil: uma revisão integrativa da literatura**. Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica – XXIII (2), p. 177-188, mai-ago, 2017.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E.G. **Violência: um problema global de saúde pública**. Ciência e saúde coletiva, vol.11, pp.1163-1178, 2007.

FEIJOO, A.M.L.C. de. **A Escuta e a Fala em Psicoterapia. Uma proposta Fenomenológica-Existencial**. Editora Vetor, SP, 2000.

_____. **A Clínica Daseinsanalítica: Considerações Preliminares**. Revista da Abordagem Gestáltica – XVII (1), p. 30-36, jan-jun, 2011.

_____. **A Fenomenologia Antropológica de Binswanger**. Aoristo - *International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics* - Toledo, n°1, v. 1, p. 124-141, 2017.

FEIJOO, A. M. L. C., PROTASIO, M.M. **Análise existencial: uma psicologia de inspiração kierkegardiana**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, n. 63 (3), p. 72- 88, RJ, 2011.

FIRMINO, F.H.; PORCHAT, P. **Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: Apontamentos a partir de “problemas de gênero”**. Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ., Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun. 2017.

FONSECA, D.H. da; RIBEIRO, C.G.; LEAL, N.S.B. **Violência Doméstica Contra a Mulher: Realidades e Representações Sociais**. Psicologia & Sociedade, n. 24 (2), p. 307-314, 2012.

FONTES, G. C.; DINIZ, G. R. S. **Gênero, Saúde Mental e Violência: Efeitos Adversos da Violência Psicológica na Saúde Mental de Mulheres**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

FORMENTINI, F.; SPAREMBERGER, R.F.L. **Direitos Humanos e Mulheres: A Construção do Sujeito-Mulher**. Repositório FURG, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/2019. Acesso em 22 mai.2020.

- FREITAS, M.L. de; FARINELLI, C.A. **As consequências psicossociais da violência sexual.** Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ - Em Pauta, n. 37, v. 14, p. 270 – 295, Rio de Janeiro, 1º. Semestre 2016.
- FRUGOLI, R.; FURQUIM, G. T. **Conhece violência contra as mulheres? E a psicológica?** In: LUCIANA MARIA CAETANO; SANDREILANE CANO DA SILVA. (Org.). Psicologia para pais e Educadores. 1ed., Juruá, v. 02, p. 117-126, Curitiba, PR, 2019.
- FRUGOLI, R.; TANIZAKA, H.; CARMASSI, M.R.; SILVA, C.J. da. **Violência contra as mulheres universitárias: passividade institucional e vulnerabilidade no âmbito acadêmico.** Revista Científica Eletrônica de Psicologia, v.33, n.1, SP, novembro 2019.
- GILES, T.R. **História do Existencialismo e da Fenomenologia.** Vol. I, EPU/EDUSP, SP, 1975.
- GROSSI, P.K. **Desigualdade: um outro nome para a violência de gênero.** Revista IHU (Instituto Humanitas Unisinos) *on-line*, edição 518, p. 60-63, março de 2018.
- GUIMARÃES, M.C.; PEDROZA, R.L.S. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas.** Psicologia & Sociedade, n. 27(2), p. 256-266, 2015.
- HOLANDA, A.B. de. **NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO da Língua Portuguesa.** Editora Nova Fronteira, 2ª. edição, RJ, 1986.
- HOLANDA, A.F. **Fenomenologia e Humanismo – Reflexões necessárias.** Juruá Editora, Curitiba, 2014.
- IMP – Instituto Maria da Penha. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>, 2018. Acesso em 12 out. 2020.
- INWOOD, M. **Dicionário Heidegger.** Jorge Zahar Editor Ltda, RJ, 2002.
- JANSEN, M.R., HOLANDA, A. **Elementos para uma Psicologia do Pensamento de Soren Kierkegaard.** Estudos e Pesquisas Psicológicas, v. 12, n. 2, p.572-596, RJ, 2012.
- KAHHALE, E.M.P. **A diversidade da Psicologia: uma construção teórica.** Cortez Editora, SP, 2002.
- KRUG, E. G., et al. (2002). **Relatório mundial sobre violência e saúde. Genova: Organização Mundial da Saúde.** Recuperado de <http://www.opas.org.br/relatorio-mundialsobre-violencia-e-saude>.
- LIMA, D.C; BUCHELE, F. **Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres.** Physis Revista de Saúde Coletiva, n. 21 [2], p. 721-743, Rio de Janeiro, 2011.
- LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação – Uma perspectiva pós-estruturalista.** Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1997.

MADUREIRA, A.B.; RAIMONDO, M.L.; FERRAZ, M.I.R.; MARCOVICZ, G. de V.; LABRONICI, L.M.; MANTOVANI, M. de F. **Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento.** Revista de Enfermagem, n.18(4), p.600-606; Out-Dez 2014.

MAFIOLETTI, T.M.; PERES, A.M.; LAROCCA, L.M.; FONTOURA, M.P. **Violência contra mulheres: trajetória histórica de um programa de atenção (Curitiba – 1997-2014).** Rev Bras Enferm., n.71(6), p.3081-3089, 2018.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Porto Alegre, Artmed, 2014.

MARQUES, A.C.B.; GERMANO, I.M.P. **Mulheres, Silêncios e os Novos Feminismos.** Revista de Psicologia, v.9, n.1, p. 129-131, Fortaleza, 2018.

MATTAR, C.M.; FEIJOO, A.L.M.C. de. **O desespero humano em Kierkegaard: Contribuições para Psicologia.** Interação Psicol. Curitiba, v.20, n.1, p.1-9, jan./abr.,2016.

MEDEIROS, M. P. de; ZANELLO, V. **Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, n.1, v.18, p. 384-403, UERJ, RJ, jan./abr. 2018.

MELO, A.K. da S.; RIBEIRO, J.; MOREIRA, V. **A noção de sofrimento: possível contribuição da lente fenomenológica dos múltiplos contornos.** Revista de Psicologia, v. 6 n. 1, p. 48-57, Fortaleza, jan./jun. 2015.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2002.

_____ **Violência e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, Temas em Saúde collection. 132 p., 2006.

MOREIRA, V. **A Contribuição e Jaspers, Binswanger, Boss e Tatossian para a Psicopatologia Fenomenológica.** Revista da Abordagem Gestáltica – XVII (2), p. 172-184, jul-dez, 2011.

MORENO-CUBILLOS, C.L.; SEPÚLVEDA-GALLEGO, L.E.; RESTREPO-RENDÓN, L.F. **Prevalencia de violencia y discriminación contra la mujer en la Facultad de Ciencias para la Salud, Universidad de Caldas, Colombia.** Revista Colombiana de Obstetricia y Ginecología, Vol. 64, No. 1, Enero-Marzo, (12-20), 2013.

MOURÃO JR, C. A. **Questões em bioestatística: o tamanho da amostra.** Rev Interdisc Est Experim. n,1, p.26-28, 2009.

NAVES, E.T. **A Mulher e a Violência: Uma Devastação Subjetiva.** Revista Subjetividades, Fortaleza, n.14(3), p.454-462, dezembro, 2014.

PAULA, T.V. de; GALHERA, K.M. **Feminismos plurais: a América Latina e a construção de um novo feminismo.** Revista Estudos Feministas, n. 27(2), Florianópolis, 2019.

- PENHA, J. da. **O que é Existencialismo**. Editora Brasiliense, SP, 1995.
- PINTO, C. R. J. **Feminismo, história e poder**. Rev. Sociologia Política, v. 18, n. 36, p. 15-23, Curitiba, jun. 2010.
- PITA, J.; MOREIRA, V. **As fases do pensamento fenomenológico de Ludwig Binswanger**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 18, n. 4, p. 679-687, out./dez. 2013.
- PROTASIO, M.M. A. **Psicologia indicada por Kierkegaard em algumas de suas obras**. Revista da Abordagem Gestáltica – *Phenomenological Studies* – XX (2): p. 213-220, jul-dez, 2014.
- REBLIN, I.A. **A Angústia Kierkegaardiana**. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia Volume 16, mai.-ago. de 2008.
- RIBEIRO, R.M.P., RONCATI, A.C.K.P. **Conceitos de “autenticidade” e “inautenticidade” na obra “Ser e Tempo” de Martin Heidegger**. PublCa VII, p. 01 – 08, SP, 2012.
- ROEHE, M.V. **Uma abordagem fenomenológico-existencial para a questão do conhecimento em psicologia**. Estudos de Psicologia, 11(2), p.153-158, 2006.
- SAFFIOTI, H.I.B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo em perspectiva, n.13(4), 1999.
- _____ **Gênero, Patriarcado e Violência**. [on-line], jan. 2011.
- SANTOS, C.M.; IZUMINO, W.P. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. Revista de Estudos Interdisciplinares de America Latina y El Caribe, Universidad de Tel Aviv, 2005.
- SANTOS, R. dos. **Os Fundamentos da Daseinsanalyse Psiquiátrica e a Crítica de Heidegger**. Outramargem: revista de filosofia, Belo Horizonte, n.3, 2º semestre de 2015.
- SANTOS, R.G. dos; MOREIRA, J.G.; FONSECA, A. L. G.da; FILHO, A. dos S. G.; IFADIREÓ, M. M. **Violência contra a mulher à partir das teorias de gênero**. Rev. Mult. Psic. V.13, n. 44, p. 97-117, 2019.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Faculdade de Educação – FAE: UFRGS. V. 20, nº 2, p.71-100, jul/dez, Porto Alegre, 1995.
- SIGNORELLI, M. C. **Mudaram as Estações... nada mudou: profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no litoral paranaense**. (Tese de Doutorado). Departamento de Medicina Preventiva, UNIFESP, São Paulo, 2011.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. 2 ed., Florianópolis, UFSC, 2001.
- SILVA, J.M. de O. e; LOPES, R.L.M.; DINIZ, M.N.F. **Fenomenologia**. Revista Brasileira de Enfermagem, 61(2): p. 254-257, mar./abr., Brasília, 2008.

SILVA, L de F. da; DAMASCENO, M.M.C. **O ser-coronariopata: entre o viver autêntico e as amarras ao cotidiano.** R. Bras. Enferm., v. 52, n. 1, p. 91-99, jan.-mar., Brasília, 1999.

SILVA, L.L. da; COELHO, E.B.S.; CAPONI, S.N.C. de. **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica.** Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.11, n.21, p.93-103, jan/abr 2007.

SILVA, M.P. de S.; SANTOS, B.O.; FERREIRA, T.B.; LOPES, A.O.S. **A violência e suas repercussões na vida da mulher contemporânea.** Rev enferm UFPE on line., Recife, n.11(8), p.3057-3064, ago., 2017.

SILVA, R. M. F. **A Delegacia dos Fundos: uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.** 257f. (Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva). São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, 2017.

SILVA, S.G. da. **Preconceito e Discriminação: As Bases da Violência Contra a Mulher.** Psicologia ciência e profissão, n. 30 (3), p. 556-571, 2010.

SIQUEIRA, C.A; ROCHA, E.S.S. **Violência psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno.** Revista Arquivos Científicos (IMMES), v. 2, n. 1, p. 12-23, Macapá - AP, 2019.

SOLNIT, R. **A mãe de todas as perguntas. Reflexões sobre os novos feminismos.** Companhia das Letras, SP, 2017.

SOUSA, L.S; ROCHA, F.L. **Kierkegaard: entre a angústia e desespero de se tornar autêntico.** Revista Húmus, no. 10, p. 79-87, Jan/Fev/Mar/Abr, 2014.

SOUZA, A.A.C.; CINTRA, R. B. **Conflitos éticos e limitações do atendimento médico à mulher vítima de violência de gênero.** Rev. Bioética, vol.26, no.1, Brasília, Jan./Mar. 2018.

SOUZA, H.L. de; CASSAB, L.A. **Feridas que não se curam: A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro.** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248, UEL - Universidade Estadual de Londrina, jun. 2010.

STRATHERN, P. **Kierkegaard em 90 minutos.** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1999.

TEIXEIRA, J.A.C. **Introdução à psicoterapia existencial.** Análise Psicológica, n.3 (XXIV), p. 289-309, 2006.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. **O que é violência contra mulher.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 2002.

TRIGUEIRO, T.H.; SILVA, M.H. da; MERIGHI, M.A.B.; OLIVEIRA, D.M. de; JESUS, M.C.P. de. **O sofrimento psíquico no cotidiano de mulheres que vivenciaram a violência sexual: estudo fenomenológico.** Esc Anna Nery, 21(3), 2017.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P; MACIEL, E. L. N. **Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?** Revista Brasileira de Epidemiologia, n.23, ES, 2020.

WASELFISZ, J. J. (2015). **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Brasília: Flacso. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso 28 de abr. 2020.

WERLE, M.A. **A angústia, o nada e a morte em Heidegger.** Trans/Form/Ação, n. 26(1), p. 97-113, São Paulo, 2003.

ZANATTA E.A, KÜGER J.H, DUARTE P.L, HERMES T.C, TRINDADE L.L. **Violência no contexto de jovens universitários de enfermagem: repercussões na perspectiva da vulnerabilidade.** Rev Baiana de Enfermagem, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A Sra. está sendo convidada a participar da pesquisa “**Violência contra as Mulheres Universitárias no Vale do Paraíba: consequências para a saúde**”. Nesta pesquisa se pretende investigar a ocorrência, a incidência e as consequências para a saúde do fenômeno da violência contra as mulheres em universitárias da área da saúde. Busca-se identificar se estas reconhecem a existência deste tipo de violência; a caracterização do perfil sociodemográfico; evidenciar quais são as consequências deste fenômeno para a saúde; e se na percepção das universitárias, a violência se revela como um fenômeno de intervenção dos profissionais da saúde.

A presente pesquisa caracteriza-se por ser quantitativa e qualitativa. Num primeiro momento será proposto um questionário que deverá ser respondido pela amostra da população alvo, 491 mulheres. Para esta participação por meio digital, ao responder ao questionário, você deverá ter lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordado em participar. Na segunda fase da pesquisa, será realizado entrevista, possibilitando que as universitárias possam ampliar e aprofundar informações coletadas no questionário. Para participar desta etapa você deverá ter mínimo 18 anos, estar ciente que a entrevista será gravada e transcritas, e assinar este termo de consentimento.

A sua participação proporciona como benefício a possibilidade de compartilhar, explorar e refletir sobre suas percepções sobre o fenômeno estudado. Entretanto, como nesta atividade pode ocorrer algum risco, como sofrimento ou dano devido a conteúdos desagradáveis advindo da experiência de algum tipo de violência sofrida por parceiro íntimo, durante a entrevista será realizado acolhimento e a atitude de aceitação positiva incondicional como forma de atenuar a situação. Esclareço também, que você poderá se ausentar da participação a qualquer momento, assim como poderá ser encaminhada ao Centro de Psicologia Aplicada (CEPA) da Universidade de Taubaté para atendimento psicológico, caso seja necessário.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação

na forma em que é atendido pela pesquisadora, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Caso ocorra algum dano pessoal, diretamente causado pelos procedimentos efetivamente realizados no referido estudo (nexo causal comprovado), você terá direito de solicitar indenizações legalmente estabelecidas, que se restringem ao dano causado.

Salienta-se também, que os resultados da pesquisa serão divulgados e você tem garantia de acesso às informações e aos dados em qualquer etapa do estudo. Esta divulgação e discussão ocorrerão em espaços institucionais, podendo haver aprofundamento e discussões sobre os dados obtidos, assim como o desenvolvimento de estratégias e intervenções. Esse projeto respeita pressupostos de autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, agindo de acordo com a resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 196/96, garantindo os direitos e deveres da comunidade científica, aos participantes da pesquisa e ao Estado.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos.

Considerando que seus dados possam ser utilizados em pesquisas futuras, gostaríamos de saber se você autoriza o arquivo das informações em banco de dados destinados especificamente para atividades acadêmicas:

- a) Você autoriza que os dados coletados nesta pesquisa possam ser utilizados em pesquisas futuras?
() sim ou () não
- b) No caso de autorizar deseja ser informada da utilização de seus dados?
() sim ou () não

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você.

Você terá acesso a pesquisadora responsável pela pesquisa Profa. Dra. Rosa Maria Frugoli da Silva, registrada no Conselho Regional de Psicologia pelo número: 06/47266, que pode ser encontrada no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté (UNITAU), no seguinte endereço: Avenida Tiradentes, 500 - Campus Bom

Conselho, Taubaté, São Paulo. Telefone (12) 3625 4268. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP- Unitau) – Rua 4 de março, 432 – Taubaté, São Paulo. Telefone (12) 3625 4151.

Acredito ter sido suficientemente esclarecido a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo **“Violência contra as Mulheres Universitárias no Vale do Paraíba: consequências para a saúde”**. Eu ME INFORMEI com a Profa. Dra. Rosa Maria Frugoli da Silva, sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso a tratamento hospitalar ou outro quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no atendimento que recebo nesta instituição.

Eu declaro aceitar a participar desta pesquisa e aceito os termos propostos. Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido desta participante neste estudo.

Data: __/__/__

Participante

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido desta participante neste estudo. Sendo que uma via deste documento deve ficar com o participante e outra em posse da pesquisadora.

Data: __/__/__

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Rosa Maria Frugoli da Silva
Psicóloga, CRP 47266/06 - Cel. (12)997873573 - E mail: rosafrugoli@ig.com.br
(Em casos de dúvidas ou necessidade, entrar em contato com ligações a cobrar)

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO

Título da Pesquisa: **Violência contra as Mulheres Universitárias no Vale do Paraíba: consequências para a saúde.**

Objetivo: investigar a ocorrência, a incidência e as consequências para a saúde do fenômeno da violência contra as mulheres universitárias.

Para respondê-lo você deverá concordar com os termos da pesquisa. Desde já agradecemos sua participação.

1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1.1 Idade

- () 18 a 19 anos () 20 a 29 anos () 30 a 39 anos
 () 40 a 49 anos () 50 a 59 anos () 60 anos ou +

1.2 Naturalidade:

1.3 Cidade em que mora:_____

1.4 Estado Civil e Relacionamento Intimo

- () Solteira sem namorado () Solteira com namorado
 () Casada (somente civil) () Casada (somente igreja)
 () Casada (civil + igreja) () União estável
 () Divorciada () Viúva

1.5 Cor

- () Branca () Negra () Parda
 () Amarela () Índia

2 DADOS OCUPACIONAIS / FINANCEIROS

2.1 Profissão:

2.2 Ocupação Atual:

2.3 Renda:

- () Nenhuma () Igual ou inferior a 1 salário mínimo
 () a 3 salários mínimos () 3 a 5 salários mínimos
 () 6 a 10 salários mínimos () Mais de 10 salários mínimos

2.4 Graduanda do curso de:

- () Biologia () Ed. Física () Estética
 () Medicina () Psicologia () Fisioterapia
 () Nutrição () Odontologia () Enfermagem
 () Farmácia () Zootecnia () Biomedicina
 () Gerontologia () Ter. Ocupacional () Ecologia
 () Obstetrícia () Saúde Coletiva () Radiologia
 () Gastronomia () Fonoaudiologia () Ciências Alimentos

2.5 Renda em salários mínimos vigente:

- () Entre 1 e 2 salários () De 2 a 5 () De 5 a 10 () Mais de 10

2.6 Qual é o seu papel econômico na estrutura familiar?

- () mantenedora () dependente () parceria

3 SITUAÇÕES DE VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES

Procure respondê-las com a maior exatidão possível, independente de quando elas ocorreram.

Para respondê-las, assinale com um "x" na opção escolhida, na escala apresentada. Não deixe nenhuma pergunta sem resposta.

PERGUNTAS	NUNCA	ÀS VEZES	SEMPRE
1. Você já sofreu algum tipo de sofrimento, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação decorrente da violência contra a mulher?			
2. Você já sofreu violência doméstica?			
3. Você já sofreu violência em relacionamento íntimo?			
4. Você já sofreu violência pelo fato de ser mulher?			

5. Você já foi debochada ou ridicularizada por seu parceiro?			
6. Você já foi debochada ou ridicularizada pelo fato de ser mulher?			
7. Você já foi vítima de agressões físicas pelo fato de ser mulher?			
8. Você já foi vítima de agressões físicas pelo seu parceiro?			
9. Você já foi alvo de brincadeiras e conversas que a desmereceram pelo fato de ser mulher?			
10. Você já foi alvo de brincadeiras e conversas que a desmereceram por algum parceiro íntimo?			
11. Já falaram da sua vida em público expondo assuntos íntimos pelo fato de você ser mulher?			
12. Algum parceiro íntimo já falou da sua vida em público expondo assuntos íntimos?			
13. Já criticaram a sua maneira de se vestir pelo fato de ser mulher?			
14. Algum parceiro íntimo já criticou você pela maneira de se vestir?			
15. Você já foi impedida de sair de casa ou entrar em algum lugar por algum parceiro íntimo por causa da maquiagem ou algum item de maquiagem?			
16. Você já sofreu algum sequestro pelo fato de ser mulher?			
16. Você já sofreu algum sequestro por algum parceiro íntimo?			
17. Você já sofreu cárcere privado pelo fato de ser mulher?			
18. Você já sofreu cárcere privado por algum parceiro íntimo?			

19. Você já foi alvo de fofocas e calúnias pelo fato de ser mulher?			
20. Você já foi alvo de fofocas e calúnias por algum parceiro íntimo?			
21. Você já teve suas fotos e ou intimidade expostas nas redes sociais pelo fato de ser mulher?			
22. Você já teve suas fotos e ou intimidades expostas nas redes sociais por algum parceiro íntimo?			
23. Você já foi chantageada de alguma forma pelo fato de ser mulher?			
24. Você já foi chantageada de alguma forma por algum parceiro íntimo?			
25. Você já foi agredida verbalmente em público pelo fato de ser mulher?			
26. Você já foi agredida verbalmente em público por algum parceiro íntimo?			
27. Sua opinião não é/não foi considerada relevante pelo fato de ser mulher?			
28. Sua opinião não é/não foi considerada relevante por um parceiro íntimo?			
28. Você já foi pressionada a fazer coisas que não queria por ser mulher?			
29. Você já foi pressionada a fazer coisas que não queria pelo parceiro íntimo?			
30. Você já perdeu algum patrimônio/bem ou dinheiro por ser mulher?			
31. Você já perdeu algum patrimônio/bem ou dinheiro por causa de seu relacionamento íntimo?			
32. Você já deixou de visitar algum lugar/parente/amigo/amiga/conhecido pelo fato de ser mulher?			

33. Você já deixou de visitar algum lugar/parente/amigo/amiga/conhecido pela vontade de seu parceiro íntimo?			
34. Você já foi impedida de se expressar (falar/rir/chorar/cantar/gritar etc.) por ser mulher?			
35. Você já foi impedida de se expressar (falar/rir/chorar/cantar/gritar etc.) por seu parceiro íntimo?			
36. Você já foi agredida moralmente e ou psicologicamente quando estava a sós com seu companheiro?			

4 CONSEQUÊNCIAS DA VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES PARA A SAÚDE

4.1 Dos conceitos de violência acima apontados (item 2), você já sofreu alguma violência advindo de relacionamentos íntimos ou pelo fato de ser mulher?

() Sim () Não

Para perguntas abaixo você pode marcar "X" em mais do que 1 parêntese.

4.2 Se sim, há quanto tempo aconteceu?

() menos de 1 mês () mais de 1 mês e até 1 ano

() mais de 1 ano até 5 anos () há mais de 5 anos

4.3 Onde aconteceu?

() na residência () em outros lugares

4.4 Se a violência ocorreu na residência, quem nela morava:

() somente você () somente você e a pessoa autor (a)

() seus parentes () parentes autor (a)

() amigos ou conhecidos () desconhecidos

4.5 Se a violência ocorreu fora da residência:

() ruas, avenidas, praças () pontos de ônibus, metrô, trem, taxi

() shopping () faculdade ou proximidades

() no trabalho ou proximidades () festas, clubes, baladas, churrascos

4.6 Você percebeu alguma mudança de comportamento em você após esses fatos?

() Sim () Não

4.7 A (s) violência (s) interferiu na sua saúde?

() Sim () Não

4.8 Em sua opinião, a (s) violência (s) interferiu na sua saúde em que intensidade?

() Muito () Pouco () Não sei

Para perguntas abaixo você pode marcar um “X” em mais do que 1 parêntese:

4.9 Quais foram às consequências para sua saúde que você percebeu ou que foram diagnosticadas:

4.9.1 Consequências físicas:

() marcas corporais, como: inchaços, hematomas, etc.

() quebra, entorse ou luxação de algum membro corporal.

() abertura de feridas ou cortes pelo corpo.

() dano em algum órgão interno.

() dores corporais.

() necessidade do uso de álcool ou outras drogas.

() necessidade cirúrgica ou outro procedimento em que houve internação hospitalar ou ambulatorial.

() necessidade de procedimento ambulatorial sem internação.

() mudanças ou problemas no sistema endócrino.

() mudanças ou problemas sistema reprodutivo.

() mudanças/problemas no sistema cardiovascular, como aumento ou diminuição da pressão arterial.

() problemas gástricos, como úlceras, gastrites e vômitos.

() problemas alérgicos, tosse, gripes ou resfriados.

() tensão ou estresse.

- () falta/excesso de apetite ou mudança alimentar.
- () alterações do ritmo e conteúdo do sono.
- () alterações no desejo sexual.
- () disfunções sexuais.
- () outras.

4.9.2 Consequências afetivas e comportamentais, quais estavam mais presentes logo após ter sofrido alguma situação de violência?

- () Medo () Desejo de Fugir () Felicidade
- () Tristeza () Choro frequente () Vontade de ficar só
- () Plenitude () Desanimo () Vontade de não ficar só
- () Animada () Ansiedade () Desesperança
- () Prazer () Irritada () Sentimento Abandono
- () Empolgação () Solidão () Diversão
- () Culpa () Vergonha () Ódio
- () Raiva () Vontade de desaparecer
- () Vontade de suicidar-se () Depressão
- () Baixo autoestima () Ira
- () Impotência () Preocupação constante
- () Sentiu-se responsável pela situação () Humilhada
- () Sem autoconfiança () Sem autonomia
- () Falta de confiança em si mesma () Falta confiança nos outros
- () Falta de confiança na justiça divina () Falta de confiança nas leis
- () Desmotivada para o trabalho () Desmotivada para vida
- () Desejo de vingança () Agressividade
- () Perda de controle da própria vida
- () Dependência e isolamento
- () Mudanças drásticas no estilo de vida

- () Medo de frequentar os lugares de costume
- () Vontade de fazer mal a si mesma
- () vontade fazer mal a pessoa autora da violência
- () Sentimento de perda de controle da própria vida
- () Que a vida não merece ser vivida
- () Vontade de reorganizar a vida
- () Vontade de separar-se da pessoa
- () Impulsionada a mudar de vida
- () Preocupação com futuro dos filhos
- () Preocupação com proteção familiar (filhos, pais, si mesma, parentes)
- () Preocupação com proteção do atual parceiro (a) íntimo.

5. SOBRE A PESSOA AUTOR OU AUTORA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Para perguntas abaixo você pode marcar “X” em mais do que 1 parêntese.

5.1 O autor ou autora quanto a identidade de gênero se identificava como:

- () homem () mulher () travesti () transexual
- () transgênero () sem gênero () andrógono

5.2 O autor ou autora quanto a orientação sexual se identificava como:

- () heterossexual () homossexual () lésbica
- () gay () bissexual () assexual
- () pansexual - atração por todos os gêneros

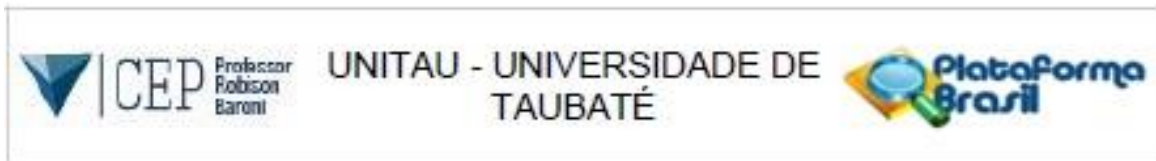
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Título da Pesquisa: **Violência contra as Mulheres Universitárias no Vale do Paraíba: consequências para a saúde**

Objetivo: Investigar a ocorrência, a incidência e as consequências para a saúde do fenômeno da violência contra as mulheres universitárias

1. Você está ou esteve em algum relacionamento íntimo nos últimos anos?
2. Você esteve em algum relacionamento íntimo que possuía alguma forma de violência, seja física, verbal ou psicológica, moral, patrimonial, sexual, virtual ou outras?
3. Como você e o seu parceiro se conheceram?
4. Você esteve em algum outro relacionamento íntimo que também tivesse alguma forma de violência?
5. Como e quando você percebeu a existência de violência no relacionamento?
6. Quais formas de violência você sofreu?
7. Poderia descrever alguma situação em que tenha ocorrido?
8. Você percebeu alguma consequência destas violências na sua vida?
9. E consequências na sua saúde?
10. Qual a sua opinião diante desse contexto de violência vivenciada?

ANEXO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Violência contra as Mulheres Universitárias no Vale do Paraíba: consequências para a saúde

Pesquisador: ROSA MARIA FRUGOLI DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 10525118.0.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.393.288

Apresentação do Projeto:

O projeto está adequadamente apresentado, com os elementos principais presentes.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar ocorrência, a incidência e as consequências para a saúde do fenômeno da violência contra as mulheres em universitárias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Fez adequada avaliação de riscos, como preveni-los bem como dos benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esclarecido o cálculo para tamanho da amostra, que é de 491 participantes.

Esclarecido o total de entrevistadas: 18.

Esclarecida a gravação e local da entrevista.

Incluído o roteiro da entrevista semi-estruturada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram esclarecidos os riscos e forma de preveni-los/atenuá-los, a gravação das entrevistas e a concordância do TCLE para o participante em formato digital.

Recomendações:

A Folha de rosto deverá ser atualizada no campo participantes.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 3.303.288

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 14/06/2019, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 466/12, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1194344.pdf	12/05/2019 22:04:49		Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	12/05/2019 22:00:35	ROSA MARIA FRUGOLI DA SILVA	Aceito
Outros	questionario_pdf.pdf	12/05/2019 21:58:34	ROSA MARIA FRUGOLI DA SILVA	Aceito
Outros	entrevista_pdf.pdf	12/05/2019 21:58:09	ROSA MARIA FRUGOLI DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_pdf.pdf	12/05/2019 21:54:31	ROSA MARIA FRUGOLI DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pdf.pdf	12/05/2019 21:53:55	ROSA MARIA FRUGOLI DA SILVA	Aceito
Cronograma	cronograma_pdf.pdf	12/05/2019 21:47:44	ROSA MARIA FRUGOLI DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Confiabilidade_Sigilo.pdf	10/08/2018 18:25:09	ROSA MARIA FRUGOLI DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_infraestrutura.pdf	10/08/2018 18:23:26	ROSA MARIA FRUGOLI DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto.pdf	10/08/2018 18:21:25	ROSA MARIA FRUGOLI DA SILVA	Aceito

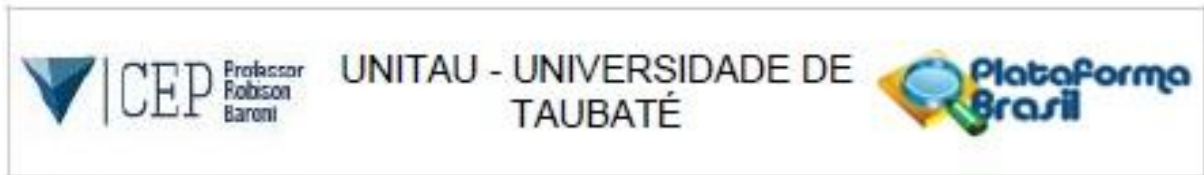
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 3.393.288

TAUBATE, 14 de Junho de 2019

Assinado por:
José Roberto Cortelli
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro CEP: 12.020-040
UF: SP Município: TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cep@unitau.br